

Rio de Janeiro, Março/Abril 78 - nº 0 - Cr\$ 10,00.



**A longa espera
na cadeia**
Brizola
em cima do muro

EXCLUSIVO:

Brito
Jean Marc
Moniz
Travassos

Wladimir
Palmeira

1968

"Cadê o filme?"
Candelária - março de 1968
missa pela morte de um estudante
Alberto Jacó - fotografando pelo JB



Fotos Agência JB



Flagrante Livre

REPÓRTERES/ EDITORES/ COLABORADORES - Elias Fajardo da Fonseca, Ramayana Vargens, Paulo Adário, Lúcia Murat, João Sant' Anna, Márcia de Almeida, Lillian Newlands, Márcia Capella, Fábio Júlio, Cláudia Moniz Freire, Edson Meireles, Sérgio Fernando de Azevedo.
Correspondentes - Helena Celestino e Chico Nelson

ARTE - Miriam Struchiner, Angelo Venosa, Ruth Freihof, Vera Bernardes

EDITORA BOCA LTDA - Conselheiro Josino, 29/205, Rio Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Limitada, rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros - São Paulo - Fone: 853-7461.

Distribuição: Dist. Jornais Revistas Presidente Ltda
 Rua Constituição, 65/678 - Rio de Janeiro - RJ
 CGC 33462169/001.12 Insc. Estadual 81165319



Um flagrante pode durar qualquer tempo; pode ser a ocasião que pintar. Hoje, nosso espaço e percurso são dez anos de ofício. O fato - unidade de ocorrência do mundo - às vezes precisa de briga, pra seguir seu caminho e viagem. É por isso, como exemplo, que um fotógrafo enfrenta uma carga de cavalaria - numa missa de sétimo dia. Pela mesma dificuldade, os momentos de gravidade podem passar para o rol dos esquecimentos marcados. É aí que vale a conquista de se ter uma informação livre (por mais dramática que seja).

Hoje dez anos. Reconta-se 68: um ano da juventude. Aqui, no mundo, em casa, no trabalho e nas ruas. Transbordamento - ousadia, velocidade, laboratório. Ponto culminante de medo, avanço e invenção. Como em todas as eras, a garra dos moços desviando futuros. Hoje - agora. Primeiro momento de falar e vomitar o caroço deste ciclo de fogo. Uma chamada em cima do tempo. Se a história é vida, os instantes são feitos de herança e tentativa. Toda hora, uma batalha bem própria - quem tiver alguma coisa que se apresente. Todos têm - cada parte com o seu testemunho.

Que se fale e se conte, de todos os lados. Afinal, o ensino forçado da época foi esquecimento e esterilidade. Bonito, também, é que houve resistência, em todas as chances de criação e arrogância. Portanto, a melhor forma de seguir (e mesmo olhar pra trás) é ser novo. Cada um naquilo que quiser ou sonhar. Importante é o humano de cada força. Energia, sempre outra, que a gente sabe que nasce - até na morte de todas as confianças.



O tiro que botou o povo na rua

Estudante. Dezesesseis anos e um tiro no peito. Edson Luís de Lima Souto. Do Pará - Belém. Desempregado. Miséria e sem lugar no Rio. Fazer o artigo; tirar o diploma; tentar um escritório. Esperança em 68. Ajudar nas compras; encarar a faxina. Trabalho em troca de: comida, uma cama no canto e aula grátis. Aluno-comensal - funcionário-residente do restaurante estudantil do Calabouço. Espanto, quando a PM invadiu o lugar a tiros. Mais ou menos seis horas - muitos jantavam. Na autópsia só tiveram dúvidas quanto ao calibre: 38 ou 45? Coração perfurado, com fragmento de camisa e tudo. Ele morreu, ainda assustado - um dia depois de Gagarin, o primeiro homem a voar livre no espaço.

Em 1966, o Governo Federal transfere do MEC para a COBAL, uma empresa de economia mista, a responsabilidade sobre o restaurante do Calabouço. O refeitório dos estudantes é um negócio que não interessa. Em janeiro de 1968, o DOPS tenta sequestrar Elinor Brito, líder da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço. Era acusado de promover agitação através da FUEC - mantinha contatos com o advogado Sobral Pinto, tentando uma audiência junto ao Governador Negrão de Lima, para reivindicar a melhoria da comida e a conclusão das obras paralisadas (por mais de sete meses).

Dia 28 de março - encontro prometido com Negrão. No final da tarde a notícia: o Governo não quer diálogo. O Calabouço continua em estado precário. Como é que vai haver entendimento? Preparar-se para uma manifestação de última hora. Inquietação e revolta. Clima tenso. A recusa do Governador em receber os estudantes aumenta a certeza do boato:

"dessa vez eles vieram pra acabar com o restaurante definitivamente". Assim, não vai ter mais a bandeja que tapeia o estômago, nem o cursinho que pode significar melhores condições de vida. Gente desprotegida mas disposta, acostumada com a dureza do trem, com trabalho pesado e com a desvantagem de não ter dinheiro algum. Denunciar, reclamar, desabafar. O que mais se podia fazer?

Chegam os carros da PM - o comandante atirou porque levou uma pedrada.

A polícia cerca a área. Algumas moças tentam escapar por um corredor nos fundos, que dava para a Avenida General Justo (nos jornais, as marcas de tiros de metralhadora no local). Disparos, pau e pedra, disparos. Telmo Matos Henriques, 39 anos, um tiro na boca (num escritório vizinho, trabalhava em sua mesa); Benedito Fração, 20 anos, da FUEC, um tiro de raspão na testa e o rosto chutado por muitas botinas (fez-se de morto para escapar); no Souza Aguiar, dez pessoas feridas; Edson Luís, morto no ato.

Os soldados se dispersam; espera-se nova carga. Momento de furar o cerco. Os estudantes correm em direção à Santa Casa de Misericórdia, levando um corpo sem resposta. Funcionários e médicos tentam evitar a entrada do grupo. O pessoal entra, no peito. Só que não há mais nada a fazer.

Partem em direção à Assembleia Legislativa. De braços erguidos, carregam um cadáver no alto. O povo começa a seguir o cortejo (mesmo com a polícia atacando). Alguém volta ao Calabouço para buscar duas bandeiras - a da FUEC e a do Brasil.

O Presidente Costa e Silva não quer fazer comentários. Para ele o assunto é apenas

uma questão de âmbito estadual. O Governador Negrão de Lima, elegantemente, procura responsabilizar o Ministério da Educação pela situação do Calabouço. O ministro Tarso Dutra responde afirmando que o MEC não tem nada com isso - "o problema é policial". O ministro da Justiça, Gama e Silva, define a posição do Governo: "não podemos tolerar nem a agitação nem a repressão policial que, muitas vezes, conduz ao sacrifício inútil de uma preciosa vida". O General Jaime Portela, chefe do Gabinete Mi-

litar da Presidência da República, manda reprimir qualquer manifestação pública em todo o país. O comandante Celso Franco tira os guardas de trânsito das ruas, para evitar conflitos no dia do enterro.

O Superintendente da Polícia Executiva, General Osvaldo Niemeyer, procurou lançar a culpa sobre o aspirante Aluísio Azevedo Raposo, que comandava o grupo destacado para o Calabouço. Perante uma comissão de inquérito o general disse que, apesar de não ter comandado o pelotão, havia dado

conselhos ao aspirante. Raposo, no entanto, devolve a bola para o General Niemeyer - diz que foi ele quem quis ficar no Calabouço quando começou o conflito. O aspirante afirma que preferia ter debandado pois havia sido recebido à bala pelos estudantes. Negou que ele ou qualquer dos seus 25 homens houvessem disparado um só tiro.

Menos de um mês após a morte de Edson, o Governo Federal anuncia a extinção definitiva do restaurante do Calabouço.

"Foi o corpo do Édson que abriu passagem, empurrando a polícia"

Para o líder dos estudantes do Calabouço, Elinor Brito, as coisas se passaram assim:

- Foi um balaceio terrível. A repressão, comandada pessoalmente pelo sr. Osvaldo Niemeyer, chegou atirando, o que nunca tinha feito antes. Primeiro um carro, que nós botamos pra correr; depois vêm mais quatro. Edson cai morto. Eles ocupam o restaurante e o instituto de ensino da gente, e querem impedir que a gente recupere o corpo de Edson. Mas não conseguem. A direção da FUEC sabia que tava havendo, naquele momento, uma recepção ao embaixador alemão na Assembleia Legislativa. Então, a gente segue em marcha para a assembleia. No percurso, diversos choques com a polícia. Eles queriam tomar o corpo da gente, e impedir a entrada na assembleia.

Teve até um toque psicológico interessante: a gente disse "tá morto, a gente bate com a cabeça do Edson na barriga dos policiais e eles vão recuando". E eles foram dando para trás.

- Ai, estendemos o corpo e começaram as manifestações generalizadas de todos os setores que se opunham à ditadura. Que viram que nesse momento a polícia começava a matar publicamente. A gente chega na assembleia e todos os deputados nos dão razão. Vêm os setores mais de esquerda, como Alberto Rajão, Fabiano Vilanova, Ciro Kurtz, e dizem que nos apoiam, que o corpo tinha de ficar lá mesmo. Começa uma enorme discussão se o corpo ficava ou saía pra fazer a autópsia. A gente dizia: todo mundo sabe que foi a polícia que matou. Tem mais três feridos, não precisa autópsia pra provar isso. Se não deixarem enterrar sem autópsia, a gente faz o enterro na Praça do Calabouço.

- O resultado todo mundo sabe: manifestações imensas, generalizadas, em toda a cidade, sem a intervenção da polícia. Foi assim porque a insatisfação também era generalizada. O governador Negrão de Lima recua. Dá uma declaração dizendo-se chocado com a morte e

retira toda a polícia das ruas. Ele tinha uma posição política - um dos seus secretários dizia: "não, vocês não estão entendendo, nós não queremos botar o Exército na rua. Nosso governo foi eleito pelo povo e não podemos fazer isto. Vocês têm de entender, e aceitar o carro de honra do Corpo de Bombeiros pra transportar o corpo. Tem que aceitar a representação do governo, pra mostrar que o governo é solidário com vocês..."

- Pra mim, o enterro do Edson não foi o ponto mais alto do movimento. Tinha muita gente, gente combativa, mas um setor muito grande respondia apenas ao impacto emocional causado por uma morte. Mais importante pra mim foi a combatividade do pessoal na Praia Vermelha, onde a polícia cercou por várias horas dois mil estudantes e o pessoal acabou saindo e brigando com a polícia. Esse momento provoca uma onda de solidariedade grande, com a imprensa noticiando tudo. Isso vai desdobrar na sexta-feira sangrenta e nos 100 mil.



Os cabeças da revolta

Oficialmente, eles foram os cabeças de 68. Os "líderes". Hoje, vivem no exterior. Não negam a responsabilidade que tiveram, tentam entender e explicar o que aconteceu. Pela primeira vez, depois de muitos anos, voltam a falar a um jornal brasileiro. Seus depoimentos passam, sempre, pela análise política. Mas falam também do futuro e de poesia.

JEAN-MARC

“O choque com a realidade nos abriu os olhos e desmentiu nossos sonhos”

Jean Marc Von der Weid, 32 anos, presidente do Diretório da Escola Nacional de Química, no Rio, e presidente da UNE eleito no fim de 68. Saiu do Brasil em 71, banido e trocado pelo embaixador Suíço.

Apontado como um dos líderes estudantis mais “radicais”, ele revela hoje que apoiou, ingenuamente, o movimento que derrubou o governo Jango em 64.

Isto não é um artigo. O tempo é curto e um artigo tem jeito de coisa séria e pensada. Era pra ser entrevista e cheguei a perpetrar umas bobagens diante da boca ameaçadora de um gravador. Sem coragem pra escutar a mim mesmo, preferi pegar um papel, caneta e tentar dizer alguma coisa sobre o assunto.

FLAGRANTE, apreensivo com a perspectiva de um calhamaço indigesto, fez-me jurar evitar o estilo “documento”. Assim sendo, peço desculpas por não seguir o caminho que começa na “conjuntura internacional” e termina... no ronco dos leitores. Os que conseguirem chegar ao fim dos meus rabiscos julgarão do meu sucesso estilístico.

A primeira coisa que me veio à cabeça foi perguntar por que falamos de 68, do movimento estudantil de dez anos atrás. Deveriam ser coisas tão passadas que sua discussão incidiria no óbvio. Infelizmente o uso crer que não, pois é interessante estabelecer um paralelo entre a experiência que acumulamos no período 66/68 e a retomada do Movimento Estudantil a partir de 1974/75. Espero que minhas reflexões e a de outros sobreviventes daquele tempo possam ser de alguma utilidade. Senão, o lixo é ao lado da mesa, é só pegar.

68 ficou na história recente do país como um auge nas lutas contra o regime militar. Foi também o começo do “terrorismo de estado”, do período negro da repressão e do controle e da censura. A teoria policial é de que os “culpados” foram “agitadores infiltrados, a soldo de Moscou, Havana, Pequim (dirão hoje em dia a soldo de Washington e do Vaticano?). Quando eu estava preso, um interrogador do CENIMAR falava da “máquina socializante” que empurrava a massa de “inocentes úteis”. O Estado de São Paulo, em editorial no ano passado, citava os “líderes carismáticos” de 68: Travassos, Dirceu, Vladimir e (modestamente) eu mesmo. Não foram poucos os estudantes de hoje que encontrei a adotarem de forma indireta e inconsciente esta visão. Al-

guns deles parecem mesmo nos responsabilizar pelo que aconteceu, pelo massacre do movimento estudantil, etc.

Não vou aqui fugir das responsabilidades (minhas e dos outros) ou esconder erros cometidos. Mas há que botar as coisas nos devidos lugares e lembrar a realidade que vivemos. Correndo o risco de ser taxado de literato, não resisto a citar Brecht no poema aos que vão nascer: “você que virão na crista da maré em que nos afogamos, pensem em nós com simpatia e lembrem-se dos tempos duros que vivemos”. Não é exatamente assim, mas é parecido. Enfim, se não é Brecht, fica sendo meu.

O que foi o movimento estudantil - 68? Uma explosão em grande parte espontânea de uma revolta latente em todo o povo e que encontrou sua forma possível de expressão no movimento universitário. Por que a revolta? Para os operários e camponeses, a pergunta seria ridícula, mas para a pequena e grande burguesia, cujos filhos povoavam a universidade e que haviam apoiado o golpe militar, a pergunta era procedente. Eles eram também - ou acreditavam nisso - os beneficiários do regime. Penso que haviam três fatores de revolta. Um econômico, oriundo da pressão violenta do período de reajuste da economia brasileira a caminho do milagre das multinacionais e do arrocho salarial. A classe média também sofreu o arrocho, antes de ser recuperada em parte na breve e ilusória euforia do começo dos anos 70.

O fator político também pesou. Esta classe média nunca viu no regime militar o modelo dos seus sonhos. Suas lideranças, mesmo conservadoras e reacionárias, eram políticos e, como tais, foram afastadas pelo regime. A decepção foi grande. Afinal de contas, o golpe não era para defender a democracia? O discurso dos golpistas voltou-se contra eles. Não fui eu o único estudante a apoiar, ingênua e ativamente, o governador Carlos Lacerda e o golpe contra o que pensávamos ser uma ameaça às liberdades. Em dois anos verificamos - eu e minha classe média - que a democracia já era e que havíamos apoiado a implantação da ditadura.

Finalmente, haviam os fatores universitários. Vivíamos numa Universidade em crise, arcaica, sem dinheiro, com excedentes, professores mal pagos, inadequação ao mercado de trabalho. Um desastre.

Para nós que entramos na Universida-



O movimento de massas: “Era irresistível e inesperado”.

de com o propósito idealista de estudarmos muito para, depois de formados, servir ao país e ao povo, o choque com esta realidade foi brutal e nos abriu os olhos. Nossa tomada de consciência não foi produto do discurso carismático de ninguém. Foi o choque permanente com uma realidade que desmentiu nossos mais generosos sonhos e propósitos. Só os cínicos e corrompidos não se deixaram levar pela revolta.

Cabe perguntar porque os estudantes foram o centro das lutas contra a ditadura. Não sendo nem de longe os mais explorados, os universitários gozavam de alguns privilégios. A repressão que sofremos antes de 69 não nos levou a longos períodos de cadeia, não nos fez perder empregos ou o direito de estudar. A partir de 69, o terrorismo de estado pode orgulhar-se de ter “democratizado” o aparelho de repressão, que passou a prender, torturar e matar sem discriminar a origem de classe da vítima.

Neste clima, reconstruiu-se a UNE. A existência semi-clandestina desta representação autêntica e democrática foi importante para a expressão da revolta universitária. A UNE era mais representativa do que a presidência da República - esta eleita por 12 generais e aquela por mil delegados eleitos por 200 mil estudantes.

Quem conduziu a revolta? Ninguém. Alguns de nós assumíamos a briga e nos identificávamos com ela. Outros foram contra, mas foram empurrados por ela. Era irresistível e inesperado. As tentativas de frear o movimento (houve muitas) esbarraram sempre no impulso incontrolável dos estudantes de exprimirem seu repúdio e descontentamento com a ordem vigente.

Dou como exemplo minha velha e querida Escola Nacional de Química, escola pequena, sem a tradição “de esquerda” das Faculdades de Filosofia ou Direito. Partindo do fato de que nossas perspectivas profissionais se estreitavam (a pesquisa não tinha recursos, as multinacionais que controlavam o setor absorviam poucos químicos) e de que, apesar dos

professores abnegados, a falta de verbas comprometia nossa formação, os estudantes da Escola de Química transformaram-se numa das pontas de lança do movimento no Rio. A multinacionalização da economia gerou nos estudantes as bases de uma identificação com os setores mais oprimidos da sociedade. O movimento cresceu até que o AI-5 obrigou os sobreviventes ao recuo. Haveriam outras alternativas? Outras saídas? É uma discussão estéril. O “se” na história não costuma ser mais do que um exercício especulativo. Os erros políticos da juventude universitária de 68 facilitaram o trabalho do aparelho de repressão, mas esta os precedeu e conduziu ao impasse. Não é a forma errada de lutar que provoca a repressão, é a luta em si. É o desejo de ser livre que nasce da inexistência da liberdade, e não o contrário.

Do ponto de vista do conteúdo, o movimento estudantil brasileiro de hoje ganhou muito em profundidade, comparado com o dos idos de 68. Pouco fizemos naquela época para aproveitar a liberdade de que dispúnhamos. A imprensa universitária era nula (o jornal Movimento, da UNE, saiu três vezes em três anos), a reflexão sobre a realidade universitária e nacional reduzida, os programas superficiais e agitativos.

Mas o que o movimento ganhou em profundidade ainda não recuperou em organicidade e unidade. Depois de um longo período de esmagamento, os Diretórios Acadêmicos, DCEs e as UEEs apenas começaram a implantar-se e consolidar-se. A reconquista destas entidades é um passo essencial para um movimento estudantil forte. Culminando este processo, está a consolidação da UNE, cujo papel, história e tradição cabe recuperar.

Mas eu jurei evitar o estilo “documento” e acho que fracassei... De modo que vou parando por aqui. Minhas esperanças é que estas ligeiras reflexões paradas com muito sono às 3 horas da manhã num frio apartamento de inverno parisiense possam servir para esclarecer algo do que foi nosso 68.

“Hoje os estudantes voltam às ruas com o brado de democracia e de liberdade”

Luis Travassos, ex-presidente da UNE em 1968 e banido do Brasil em 1969, dá aqui o seu depoimento sobre o movimento estudantil. Tem jeito de artigo e na verdade o é: foi mandado de Berlim, onde ele mora atualmente.

O movimento estudantil só pode ser compreendido, no quadro das classes sociais que compõem a sociedade brasileira e das suas contradições. Neste sentido, considero necessário definir a minha visão do que foi o movimento estudantil entre 64 e 68, com que base material se estruturaram as correntes de pensamento que o dirigiram e sua evolução nos dias de hoje.

Nossa história mais recente corresponde a uma expansão do capitalismo caracterizada pela grande concentração do capital, fusão do capital industrial e tendência à transformação capitalista do campo brasileiro. O proletariado cresceu em termos absolutos, embora tenha havido uma diminuição do número de operários empregados por unidade de capital e um aumento do exército industrial de reserva. Junto com o proletariado, cresceram também numericamente os técnicos, profissionais liberais, intelectuais, enfim, os integrantes das camadas médias, cujo peso social se acentuou.



Travassos saía na capa das revistas

O crescimento do capitalismo brasileiro se fez por meio de um grande aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, resultando numa elevada taxa de lucro e num processo de acumulação acelerado. O Estado, na sua condição de defensor dos interesses do capitalismo monopolista, favoreceu a concentração do capital (abertura ao capital estrangeiro, política deflacionária com as quebras de 66,68) e elevou a taxa de exploração, com uma legislação de arrocho salarial. Como garantia, violaram-se as mais elementares liberdades democráticas e estruturou-se um aparato repressivo legal e policial, que compõe o caráter totalitário do regime brasileiro.

Dentro deste quadro, pode-se interpretar o papel dos estudantes e as razões das mobilizações estudantis. A contradição desta política com os interesses das camadas médias assalariadas é clara. O movimento estudantil atuou como uma expressão destacada deste descontenta-

mento e por isso encontrou um apoio que chegou ao auge na passeata dos 100 mil.

Também neste quadro se explica a política educacional dos governos que vieram depois de 64. A Universidade desempenha a tarefa de formação de mão-de-obra qualificada cientificamente, de desenvolvimento da tecnologia e estruturação ideológica. O rápido processo de desenvolvimento capitalista que vivemos gerou profundas contradições com uma universidade obsoleta e inadequada. A orientação do MEC, que pretendia integrar a Universidade diretamente à grande empresa, incentivar os custos operacionais em detrimento de liberdade de pesquisa e elaboração tecnológica e elitizar o ensino através do pagamento de anuidade, opuseram-se com violência os anseios estudantis de democratização do ensino.

A isso tudo se somou a drástica redução de verbas para a Universidade, gritante em proporção aos orçamentos militares, a limitação de vagas e a constante violação às liberdades dentro da Universidade (Lei Suplicy, decreto 477 e repressão direta). Esses fatores definem o quadro das lutas estudantis com seu elevado número de mortos, presos, torturados e asilados.

A evolução do movimento estudantil aos dias de hoje, passando pelo refluxo que se seguiu ao AI5, corresponde aos elevados índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à atual conjuntura. A expansão do mercado de trabalho para mão-de-obra com qualificação universitária e a formação das camadas médias e numa unificação de setores capitalistas e constituíram o **background** para o desencadeamento do terror repressivo que assolou as universidades e o país.

Mas o chamado “milagre brasileiro” trouxe em seu bojo as contradições que viriam desmistificá-lo. Os impasses criados pelas dificuldades internas e uma conjuntura internacional desfavorável levaram ao agravamento das tensões nos setores capitalistas e das condições de vida e possibilidades das camadas médias. O proletariado, que cresceu numericamente, ganhou um novo potencial de consciência de sua força.

Entre os primeiros sintomas de crescimento da repressão, os estudantes hoje voltaram às ruas com o brado de democracia e liberdade. A cruza da exploração dos trabalhadores e a implacabilidade do Estado na defesa dos interesses dos monopólios foram lições mais poderosas para esta geração de estudantes do que as demagogias publicitárias ou as ridículas proibições da censura. Isto fica claro na combatividade com que têm sido travadas as novas lutas estudantis e na consciência da amplitude da frente democrática no Brasil sintetizada pelas palavras de ordem de liberdades democráticas, anistia ampla e Constituinte. Isto mostra, com destaque, o estudantado brasileiro dentro da luta do nosso povo pela conquista de liberdade e no rumo da sua emancipação.



Arquivo Correio da Manhã

No campo do Botafogo, Rio, 400 estudantes foram cercados e presos.

MONIZ

“A gente não conseguiu tirar cem mil frutos da passeata dos cem mil”

Carlos Alberto Moniz, 34 anos, foi presidente do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 67 e 68 e presidente da UME em 68 e 69. Atualmente mora em Paris e faz pós-graduação em Economia Agrícola no Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social.

No início de 68, o movimento estudantil estava meio desmobilizado. A morte do Édson deixou a repressão perplexa. Fizemos uma vigília e uma passeata que parou a cidade. Foi uma agitação danada, naquela mesmo de pegar caixotinho, trepar e fazer o comício e a polícia não fazia nada. A gente ocupou a cidade, do ponto de vista da ação política.

Mais tarde, houve o episódio da Praia Vermelha. Havia uma reunião do Conselho Universitário, da qual participávamos representando os estudantes, quando começou a ocupação da Universidade. Mais uma vez, a gente levantou dentro do Conselho a necessidade de suspender a discussão sobre o estatuto da Universidade e ir lá fora dialogar dentro da assembleia dos estudantes. O Conselho se recusava e a gente articulava lá fora pra aumentar a pressão. Vários professores vão embora. A polícia cerca a Universidade. O reitor Clementino Fraga Fº não conseguiu a promessa de tirar a polícia pro pessoal sair e nós decidimos que não dava pé ficarmos encurralados e resolvemos sair e comprar a barra. Foi uma porrada brava, os homens baixaram o cacete e houve 300 presos. Era uma quinta-feira e convocamos uma passeata pró dia seguinte no centro, que ficou conhecida como a “Sexta-feira sangrenta”.

O que seria importante reter aí é que, nas lutas de 68, acumulamos forças na luta contra a política educacional, a gente ganhou flexibilidade para compreender que a luta contra a repressão como um todo deveria ocupar o centro político do movimento. Isto permitiu abrir uma bandeira para outros setores, sobre os quais se abate a repressão. Refletindo hoje, acho que a gente não soube tirar da passeata dos 100 mil, cem mil frutos para acirrar mais as contradições da sociedade. Naquele momento existiam, por exemplo, deputados e senadores que representavam uma corrente da oposição contra a repressão e a gente não abriu espaço para eles. Havia setores que despertavam a partir da experiência de outros. E a intervenção deles era marcada ora por uma visão ultra-conservadora, ora por um esquerdismo deslavado. Me



lembro de um velho intelectual, aliás muito simpático, que fez um discurso que terminava: “já ocupamos a cidade, vamos agora por fogo na embaixada americana”. A gente dizia: “Espera lá, segura aí”. Então, subia o cara de massa e dizia: “agorta, pro palácio!” A gente estava liberando uma potencialidade até então reprimida e quando isso se associa à ausência de uma prática acumulada... Existia um setor, como Mário Martins e vários outros deputados que tinham uma posição mais combativa e foram lá pra hipotecar solidariedade. E nós dissemos, tá bom, muito obrigado. Mas não demos a voz a eles. Hoje, se eu estivesse lá, diria, deve dar, nem que seja pra depois mostrar as debilidades deles, as vacilações deles.

Em 69, veio o decreto 477. Ele foi um instrumento importante, menos pelo número de companheiros que puniu, mas pelo que prometia fazer. Ao ameaçar a possibilidade de interrupção dos estudos, da ascensão social, ele favorecia todo o aspecto da reprodução ideológica que tem na família o seu agente: “olha, meu filho, você está na Universidade, daqui há alguns anos vai ser engenheiro, não faça bobagem...” E a gente, dentro da visão esquerdista que tinha, colocava: vamos passar por cima do 477, vamos fazer exatamente as coisas que fazíamos antes. Por isto, acelerou-se o corte entre os militantes e a massa. O pessoal falava nas turmas, agitava e era depois enquadrado no 477. Achávamos que a ditadura estava fraquíssima, deixamos as lutas reivindicatórias totalmente de lado e não abrimos nenhuma alternativa prática para o conjunto dos estudantes. Se alguém quisesse participar, quase que tinha de ir pra ilegalidade...

Quanto ao movimento estudantil no Brasil hoje, ele tem clara consciência da especificidade do seu papel. De que forma ele vai conseguir se articular com outros setores é o grande desafio que se coloca para ele.



“Catucar a onça com vara curta levou ao isolamento e a uma repressão eficaz”

Elinor Brito foi presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) até o fechamento do restaurante e dependências anexas, em 1968. Foi trocado pelo embaixador alemão, em 1971, e banido do país. Atualmente, mora em Paris e estuda na Universidade de Vincennes.

- A minha militância no movimento estudantil vai mais ou menos de 1965 a 1968 e se dá sobretudo em dois setores; na escola onde eu estudava, na Escola Técnica do Comércio, em Botafogo, onde fui presidente do Grêmio, e no Calabouço, que era um centro importante do movimento estudantil carioca. Antes disso, eu trabalhava em estatística para uma companhia sueca e depois trabalhei na Brahma. Lá tinha um sindicato forte, mas a direção da Brahma se opunha ao movimento sindical lá dentro: se você se filiasse ao sindicato perdia o direito de subir na esca profissional. Era uma militância limitada, mas do ponto de vista pessoal foi muito importante, porque a

partir daí nunca mais abandonei a luta.

- Depois do golpe de 64, o restaurante Calabouço, que pertencia à UME, foi fechado até 67, quando a gente retoma o restaurante e consegue estabelecer pra ele uma direção estudantil. Mas ele funcionava debaixo do controle do DOPS e da Polícia Federal. Depois, ameaçaram destruir o restaurante por causa da sua localização. Programava-se para 1967 a reunião internacional do FMI no Museu de Arte Moderna e o Calabouço, que ficava ao lado, era um cartão de visita de péssima qualidade para os banqueiros internacionais.

- A partir de junho de 66, o Estado da Guanabara recebe ordem expressa para destruir o restaurante. Nesse momento, uma pequena comissão de cinco pessoas se reúne pela primeira vez para estabelecer uma plataforma de reivindicações do Calabouço. Esta plataforma pedia a não destruição do restaurante ou a construção de um outro, caso o governo insistisse na construção do trevo rodoviário que acabou prevalecendo. Pedíamos também a reabertura da policlínica, a manutenção do preço simbólico que a gente paga-

va (na época 50 centavos) a criação de um curso de artigo 99 e aumentar a capacidade do restaurante (na época 3.500 pessoas) para 6 mil, aceitando a participação dos estudantes na administração.

O documento, redigido nos fins de 66, foi dirigido ao Ministério da Educação. A gente não tinha nenhum órgão que representasse os estudantes do Calabouço: todas as entidades estudantis tinham sido extintas. Então, apesar da polícia, a gente fez uma assembléia-relâmpago dentro do restaurante para fazer com que todos assinassem o documento. Colhemos 3.400 assinaturas e convocamos para uma reunião no MEC onde entregaríamos as reivindicações. Levantamos também o problema da corrupção: a verba que vinha pro restaurante era boa, mas o que nos serviam era uma comida de péssima qualidade. Começa a aparecer contradições com a Cobal, a fornecedora, com o MEC, que era o supervisor, e um terceiro elemento, que era a pressão feita pelo serviço de Obras Públicas. A mobilização cresce e a comissão de cinco pessoas se transforma na FUEC.

Organizamos uma guarda de estudantes para evitar que os tratores demolissem o restaurante durante a noite. Os caras se revezavam sem dormir. Assim uma reivindicação específica de não destruição do restaurante se transformou num problema político, cujo conteúdo era uma oposição ao sistema autoritário.

A gente entra em conversações diretas com a Secretaria de Obras Públicas e exige que o secretário se comprometa, diante de uma manifestação de estudantes a construir um restaurante novo, com capacidade para 6 mil pessoas. Depois de muito vai-e-vem, eles constroem um novo restaurante: a obra foi de uma pressão impressionante, com operários traba-

lhando 24 horas por dia, o que causou uma má construção do troço. Ai começou a luta pelo acabamento do prédio: não tinha piso, as instalações da cozinha eram péssimas, e nessa luta a gente ampliou até com o pessoal da COBAL.

- O fundamental foi que a gente conseguiu uma estrutura sólida de organização para os estudantes do Calabouço. Depois de muita briga, a gente voltou a comer no novo restaurante, nas condições que já contei. O movimento continua crescendo. O movimento universitário já começa a se mobilizar: trabalha-se pela recomposição da UME e UNE. A opinião pública expressa simpatia pelo movimento do Calabouço, manifestação quase todo dia, ia négo preso, se denunciava e tal. Tava-se nisso quando se dá a morte de Edson Luis.

- Conclusões que eu tiro desse período: a gente não tinha um instrumento político que representasse os interesses do conjunto da população. Na época não existia um partido popular capaz de globalizar o movimento de massa e dar uma direção consequente. O setor estudantil estava muito radicalizado e isolado dos outros setores populares e, quando baixa a repressão, o isolamento leva um grupo a dizer: “o movimento de massas não é mais possível, logo a gente tem de partir pra violência direta”. Não sou a favor da violência pela violência, embora ache que, se existe um estado de violência, justifica-se uma outra violência que se oponha a este estado. Mas o que estes grupos estavam fazendo era catucar a onça com vara curta, o que levou a um isolamento e a uma repressão eficaz.

- Existe uma ligação entre este passado todo e o que está se passando hoje, mas cabe estabelecer as diferenças entre ontem e hoje. Hoje, os estudantes são mais maduros, e existe um elemento aglutinador que é a aspiração do povo brasileiro às liberdades de expressão, de pensamento, de eleição, de organização sindical e partidária. Isto abrange também os intelectuais e a igreja, com seu trabalho junto aos camponeses, favelados e operários. Mas existe uma falta de articulação com o verdadeiro povo: os operários e os camponeses.

- A meu ver, um retorno à democracia tradicional não seria a solução para os reais problemas da sociedade brasileira. Mesmo assim, existem correntes dentro da oposição burguesa que merecem ser avaliados: O PS, o PTB, cuja rearticulação é positiva, mas não resolvem nada. Existe também um pequeno grupo de organizações clandestinas que têm um papel importante na luta contra a ditadura, pois representam uma aspiração avançada, consciente ou inconscientemente, do conjunto dos trabalhadores

- De uma coisa tenho certeza: não dá pé continuar do jeito que está. Diversas tendências estão oferecendo um tipo de substituição controlada, à la Venezuela, que pra mim é o mais viável no momento. Outra possibilidade seria o desbordamento total, a partir da insatisfação generalizada, mas sem assegurar o controle dos grupos populares, o que permitiria o estabelecimento de um estado mais duro. E finalmente um outro tipo de solução, que é o meu modelo político, o socialismo dentro do seu conceito mais verdadeiro, mas esta saída não está na ordem do dia...

- De qualquer jeito, para um retorno da democracia burguesa, (que, repito, não é uma solução para a sociedade brasileira), tem de ter eleições livres e direitas, implicando na queda de todos os atos de exceção, anistia ampla, geral e irrestrita, além de liberdade de expressão e organização para quem quer que seja. Seriam esses, a meu ver, os elementos principais da validade para o retorno da democracia no Brasil.



Vladimir e Brito discursaram na janela do prédio da UNE, Rio, dias depois da queda do congresso de Ibiúna

Eles são a UNE

Colocada na ilegalidade em 1965 e chamada de "ex-Une" pela grande imprensa, a União Nacional de Estudantes teve participação importante nos movimentos de 1968. Nesta época, a diretoria da UNE tinha Luis Travassos na presidência e mais os vices Luiz Raul Machado, José Carlos Mata Machado e José Roberto Arantes de Almeida. Travassos foi banido e Mata Machado e José Roberto Arantes mortos. Luiz Raul é jornalista e escritor. Seu depoimento.

Quebrei um voto de silêncio que tinha feito a mim mesmo: só falar de 1968 no dia que pudesse falar de 1969. A entrevista era pra recordar fatos de dez anos atrás. Acontece que 68 foi há vinte, trinta anos atrás. E eu me senti como o velho ator que sai do Retiro dos Artistas para prestar depoimento no Museu da Imagem e do Som.

Eu não tenho conselhos, advertências ou lições para dar aos estudantes de 1978. Eu tenho histórias para contar. Mas tem uma coisa que eu gostaria de falar: 1977 me fez sentir como se estivesse vindo a flor brotar do asfalto. Uma flor que tinha sido decepada, pisada, sufocada de dez anos pra cá.

É o primeiro pensamento é para os meus mortos: muitos, tantos que eu queria gravar o nome. Mas os nomes se embaralham e fogem. Só ficam os mais próximos. E eu me lembro de ter lido que em várias manifestações do ano passado era feita uma chamada e vocês respondiam "presente". José Carlos Novaes da Mata Machado, José Roberto Arantes de Almeida, Honestino Monteiro Guimarães,

Gildo Macedo Lacerda, tantos outros. Eu não queria lembrar deles como heróis. Eles fizeram um pedaço da história do movimento estudantil, mas para mim eles pesam mais, muito mais. E eu não posso admitir que esses nomes sejam apagados. Aliás, vocês também não: O DCE-livre da Universidade de São Paulo tem o nome de Alexandre Vanucchi.

O segundo pensamento é para os muitos vivos: vocês, que de dentro das maiores limitações estão sabendo tirar lições de coisas que não viveram e só ouviram contar. Manifestações e volta às escolas. Não dar o passo maior que a perna. Discussões, quebra-paus... Mas fazendo e refazendo.

Eu não jogo mais. Saí de campo há tempos. Mas compro o ingresso todo jogo de campeonato. Nem pensem que sou da geral. Mas também não vou para as cadeiras. Estou no meio da arquibancada, na torcida. E meu time são vocês.

Luiz Raul Machado



A UNE hoje

Mudaram as roupas, os cabelos, o lugar é o mesmo. Nos intervalos entre as aulas, centenas de jovens se espalham entre os pilotis da PUC do Rio. Os mais envolvidos com a política ainda têm medo de falar com estranhos, mas o clima é menos tenso do que em 68. As paredes estão pichadas com ABAIXO DA REPRESSÃO, A UNE SOMOS NÓS, mas o banheiro do Diretório tem pichações engraçadas: "Quem masturba o dedo enrugado - I ching" ou "Enquanto um brasileiro diz não à inflação, dez yanques dizem yes - Mário Henrique Simonsen".

A disposição de luta permanece. Reunidos no Diretório Acadêmico Tiradentes, que congrega alunos de História, Geografia e Comunicação, um grupo de estudantes ligado ao Comitê Pró-UNE dá o seu recado. Para eles, os estudantes hoje são não só um grupo social, mas uma força política com objetivos definidos. Estes objetivos seriam contribuir para o desmascaramento do atual regime militar e abrir um espaço para que os setores populares se organizem, entendendo-se que só a partir daí se poderá levar à prática uma modificação radical da sociedade.

Dizendo-se os herdeiros dos destroços do movimento contestatório de 68, mas também dispostos a criticá-lo e tirar deles lições importantes, os jovens ainda não se libertaram totalmente do jargão tradicional falado pela esquerda:

"De 68 só nos ficaram vivências isoladas. Não queremos repetir os mesmos erros. Tentamos romper o esquema de líderes carismáticos: hoje em dia a coisa é liderada por grupos, como a sigla "Refa-

zendo", da USP, "Liberdade", da UFMG, "Unidade", da PUC-Rio. Endossar líderes já era, é um desvio de classe pequeno-burguês. É porque houve 68, apesar de todos os erros, que a gente pode ter esta nova qualidade que tem hoje. A nova UNE não vai sair da nossa cabeça, mas deve refletir a perspectiva política do momento atual. E a nossa pretensão é reconstruir não só a UNE, mas também todas as outras entidades destruídas pela repressão: DAs, DCEs, UEEs, Uniãoes Municipais. Depois de 68, as lideranças foram presas, exiladas, banidas, mortas. A repressão quer destruir os elos históricos da gente com o passado, através da eliminação física. Isto faz parte de um processo geral que envolve adulteração de dados históricos, rotulação de democratas como terroristas, etc."

Como se comportam diante da repressão estes frágeis jovens de óculos e calça Lee? Eles ainda estão dispostos a ser bucha de canhão como outrora ou aprenderam a ser prudentes?

"A repressão existe hoje em todos os níveis. Desde o Informe JB, que diz que o ato ecumênico que programamos para comemorar a morte de Edson Luiz é uma provocação, até a repressão interna da Universidade, que nos proíbe de colar cartazes, impede a venda de livros na PUC e suspende alunos. Mas a repressão maior não é nem o reitor nem a polícia, mas sim a repressão que começa na função social da Universidade, que hoje visa apenas formar gerentes para as grandes empresas e multinacionais, ao invés de criar profissionais voltados para a solução dos problemas reais do país."

FLAGRANTE - Como era o problema das lutas internas na UNE?

Luiz Raul - Confundi-se o papel de entidade com o papel das posições políticas. Como estas eram muito diferentes, a coisa caiu no sectarismo de querer impor a posição particular de cada grupo, baseando-se em critérios como "maioria da diretoria", maioria disso ou daquilo. A morte do Edson, acirrou mais ainda estas contradições, embora num primeiro momento tenha sido um elo de união, porque existia uma realidade de explosão espontânea, muito além da nossa "capacidade de liderança". Naquela época, participávamos das manifestações mas não as conduzíamos. Muitas vezes, a gente não queria avançar, mas os estudantes exigiam mais. Outras vezes, propúnhamos ações radicais e eles já tinham maturidade para entender que o momento era de recuo.

Em Goiás, eu estava numa assembléia e fiquei perplexo quando uma moça propôs uma manifestação na parada de 7 de setembro. Resultado: dia 7 de setembro, depois que passou a parada, os estudantes cortaram o cordão de isolamento com canivetes e fizeram uma passeata. A repressão foi violentíssima. Toda esta combatividade, esta gente toda disposta pro pau, se misturava muito com o aspecto de heroísmo: Nêgo tinha prazer de brigar. Quanto a mim, confesso, tinha medo, mas ia lá, por honra do cargo que ocupava.

FLAGRANTE - E Ibiuna? Como foi isso de comprar essa briga se já havia denúncias de prisões e de que o Congresso poderia cair?

Luiz Raul - Eu era contra ser em local afastado, era a favor que o Congresso se realizasse no CRUSP. Mas havia uma comissão de organização e a gente respeitava isso. Quando cheguei lá, depois de mil pontos e um caminhão que enguiçou no caminho, muita lama, vi logo que não chegaríamos ao último dia. Eram 800 pessoas para alimentar e abrigar, a cidade era muito pequena. A diretoria tava reunida no chiqueiro, no dia 12 de outubro, quando vimos uma coluna de soldados. Vladimir e eu fugimos até perceber que estávamos cercados e que eles atiravam. Dali, fomos para São Paulo. Primeiro o DOPS e depois Presídio Tiradentes, onde meia hora depois havia uma manifestação de mães na porta. Muitos escaparam. Três caras estavam indo para Belo Horizonte e fugiram pela porta de emergência, cujo trinco foi untado com o creme nívea de uma garota. O Jean Marc deu outro nome e saiu em Curitiba. Só depois é que os caras perceberam.

FLAGRANTE - Como ficou a UNE depois da repressão que foi crescendo até culminar no AI-5?

- Fomos de conselhos a reuniões, de Estado em Estado. Em maio, o Jean Marc assumiu a direção. Em setembro, ele foi preso com toda a diretoria, o que tornou o trabalho muito mais difícil, porque sufocado por uma repressão muito grande. As passeatas foram acabando, os contatos já eram mais amedrontados, porque era perigoso transar a nível de UNE. Isso assistindo de fora, porque em 69 eu estava em cana e não era mais da UNE.

Castro Alves foi em cana

O primeiro movimento estudantil que a história registra no Brasil foi em 1710, quando os estudantes lutaram contra os piratas franceses de Duclerc. No início do século passado, tomam parte da "noite das garrafadas", em Minas, revoltando-se contra os portugueses, da revolução federalista do R. G. do Sul e da Sabinada, na Bahia.

A acusação de "mocidade subversiva" aparece em 1860 num jornal conservador, aplicada aos participantes da campanha abolicionista que começava nas faculdades. Em 1965, entre a rapaziada presa no Recife estavam Castro Alves e Fagundes Varela. Em 1860, os estudantes aderem à campanha pela República. Em 1888, vão o Conde D'Eu e aplaudem o republicano Silva Jardim.

Em 1969, a "primavera de sangue". Os estudantes fazem o enterro simbólico do chefe da Força Pública, que havia mandado chicotear e jogar as corvoças contra eles. No choque, os policiais matam dois jovens usando facas e punhais.

Em 1910, o primeiro Congresso Nacional de estudantes, em São Paulo. Em 1937, é fundada a UNE. Durante a guerra, manifestações contra o nazismo e choques com a polícia. Em agosto de 42, os estudantes expulsam os alemães do Clube Germânia, no número 132 da praia do Flamengo, Rio e instalam nele a sede da UNE (que ali ficou até 1º de abril de 1964). Em 43, num choque de rua em S. Paulo, a polícia mata o estudante Jaime da Silva Teles. Em 45, num comício no Recife, é morto o estudante Demócrito de Souza Filho.

FLAGRANTE - março/abril de 78 - pg. 7



Alex Polari de Alverga. 27
anos. 80 de pena e 9 de prisão.

As prisões - I

As prisões são assim:
cinzentas e sem sentido.
Nosso espaço e nosso tempo
têm muitos metros quadrados
e poucos mitos.
Nossos corpos
têm uma administração
carcerária.

Contra nossas vozes
há muros
contra nossa liberdade,
guaritas
contra nossos lamentos
há murros
e às vezes regulamentos,
dependendo da conjuntura.

Zoológico humano

O que somos
é algo distante
do que fomos
ou pensamos ser.
Veja o mundo:
ele se move
sem nossa interferência
veja a vida:
ela prossegue
sem nossa licença
veja sua amiga:
ela se comove
por outros corpos
que não o seu.

Somos simplesmente
o que é mais fácil ser:
lembrança
sentimento fóssil
referência ética
apenas um belo ornamento
para a consciência dos outros.

A quem interessar possa:
estamos abertos à visita pública
sábados e domingos
das 8 às 17 horas.

Favor não jogar amendoim

Iventário de cicatrizes

(Estamos todos perplexos
à espera de um congresso
dos mutilados de corpo e alma.)

Existe espalhado por aí
de Bonsucesso à Amsterdam
do Jardim Botânico a Paris
de Estocolmo à Frei Caneca
uma multidão de seres
que portam pálidas cicatrizes
esmaecidas pelo tempo
bem vivas na memória envoltas
em cinzas, fios cruces
oratórios,
elas compõem uma catedral
de vítimas e vitrais
uma Internacional de Feridas.

Sobre partidas

(...) Aprendi desde cedo
a não sofrer com partidas.
Daí substituir o medo
de perder tantas pessoas queridas
pelo rosto impassível
que exigem de mim.

Daí porque todos os sentimentos
que tínhamos uns pelos outros
era tácito
daí porque todo o carinho
que fazíamos uns nos outros
era rápido
Aprendi desde cedo
a não sofrer com partidas.

Acostumei a dar por falta deles
nos encontros não realizados
costumei em noites chuvosas
confirmar prisão ou morte
nos pontos de segurança
com o coração batendo desesperado
e a arma engatilhada sobre o casado.

Dia da partida

Ai eu virei prá mamãe
naquele fatídico outubro de 1969
e com dezenove anos na cara
uma mala na mão e um 38 no sovaco,
disse: velha,
a barra pesou, saiba que te gosto
mas que estás por fora
da situação. Não estou mais

nessa
de passeata, grupo de estudo
e panfletinho
tô assaltando banco sacumé?
Esses trechos da pesada
que saem nos jornais todos os dias.
Caiu um cara e a polícia pode
bater aí
qualquer hora, até qualquer dia,
de um beijo no velho
diz prá ele que pode ficar tranquilo
eu me cuido
e cuide bem da Rosa

Depois houve os desmaios
as lamentações de praxe
a fiz cheirar amoníaco
com o olho grudado no relógio
dei a última mijada
e saí pelo calçadão do Leme afora
com uma zoeira desgraçada na cabeça
e a alma cheia de predisposições
heróicas
Tava entardecendo.



Eles esperam a anistia

NA CADEIA



Recordação do paraíso

É possível que não me matem hoje cheguei a me convencer disso afinal, meu sogro é da marinha tenho apenas vinte anos e um certo ar sensível sem óculos
Pesquisei na comida minhas chances. Quando ela melhora não acredito que eles vão me matar pelo menos enquanto durar essas batatas fritas.

O revólver - I

Voltava de uma panfletagem e fomos dar uma trepada. Te encontrava na porta do colégio e vinha armado por que já tinha declarado minha guerra.
Era um velho trintoitão niquelado do pai de um chapa meu. Eles, revólver e o pai do chapa meu tinham lutado juntos na Guerra da Espanha.

Idílica estudantil - III

Nossa geração teve pouco tempo começou pelo fim mas foi bela nossa procura ah moça, como foi bela a nossa procura mesmo com tanta ilusão perdida quebrada, mesmo com tanto caco de sonho onde até hoje a gente se corta.

Os primeiros tempos de tortura

Não era mole aqueles dias de percorrer de capuz a distância da cela à câmara de tortura e nela ser capaz de dar urros tão feios como nunca ouvi. Havia dias que as piruetas no pau-de-arara pareciam ridículas e humilhantes e nós, ainda éramos capazes de corar ante as piadas sádicas dos carrascos.
Havia dias em que todas as perspectivas eram prá lá de negras e todas as expectativas se resumiam à esperança algo cética de não tomar porradas nem choques elétricos.
Havia outros momentos em que as horas se consumiam à espera do ferrolho da porta que conduzia às mãos dos especialistas em nossa agonia. (...)

Zaqueu José Bento. 34 anos, 40 de pena e 7 de prisão.

Até 68, eu era guarda civil, morava na favela.

Depois de abril de 68, veio a demissão de guarda, não havia mais o que perder. Agora eu apenas morava na favela e era carpinteiro. Sempre oscilei em trabalho. Fui engraxate, trabalhei em supermercado, oficina mecânica. Ser guarda foi uma tentativa de um emprego fixo.

Na favela eu sentia a necessidade de cada indivíduo de se preservar, de se defender, que é uma coisa de instinto de defesa contra as agressões do sistema. Porque a favela é incrível: aquela miséria, garotada fumando, cheirinho da loló etc. Teve um período que eu resolvi acabar com a maconha na favela. Foi uma guerra. Me fudi.

Eu sentia toda essa miséria e via as organizações de esquerda, os nacionalistas tentando agrupar o pessoal.

Por volta de 67/68 já havia influência forte do movimento estudantil que transava na favela, com a influência das organizações da esquerda que pintavam nas zonas populares pra fazer o seu trabalho. Mas minha ligação com o pessoal do movimento estudantil nunca foi uma ligação orgânica. Eu era secundarista nesta época, mas já era adulto, por isso não entrava no movimento estudantil como secundarista.

Eu fazia parte de um corpo oprimido, mas muito desorganizado. Não havia

consciência de classe social e, com o crescimento do movimento de massa, havia a impressão de libertação do povo, mas sem poder ser um movimento mais coerente. Vamos brigar porque está todo mundo brigando, era o que a estudantada dizia. Todos rondavam e cada um dizia uma coisinha, até que fizeram uma proposta objetiva: dar tiro. Não posso dizer então que nessa época eu via alguma coisa de análise da sociedade. Era vamos ali dar um tiro. A agressão do sistema era muito forte e ninguém apresentava outra alternativa melhor.

De forma alguma se pode negar o movimento, mas não havia respaldo político nem base social estruturada. Mas para quem viveu tanta contradição era a única forma de dizer alguma coisa.

Nílson Venâncio. 41 anos, 12 de pena e 6 de prisão

Eu participei como delegado, no 1 Congresso dos Camponeses, em Minas Gerais, em 1961. A discussão básica era a reforma agrária e, na baixada onde eu morava, os camponeses se apossavam das terras devolutas do Estado. Em cada município existia uma associação, que mais tarde se transformaram em sindicatos, com núcleos distritais nas fazendas. Tudo isso paralelo às Ligas Camponesas que também tinham atuação no Estado. Em 64 você pode notar o descenso que o movimento camponês sofreu, com prisão das lideranças, esfacelamento das organizações.

De 64 a 68 a sensação foi de desastre total. Havia de vez em quando a esperança da volta de uma liderança, um Brizola, ou outra figura. E havia um medo grande, em função das perseguições, das mortes. Um grande recuo.

E o campo não tem nada a ver com 68, com esse movimento que foi essencialmente urbano. A classe operária também estava em descenso. Eu me lembro do comício de 1º de maio, acho que de 68, em São Cristóvão, havia poucos operários e nenhum camponês.

68 foi um movimento meramente estudantil. E claro que se não houvesse a repressão que houve o movimento poderia crescer em todos os setores. Na época o pessoal (do campo) estava atônito. E acho que, se quem fizesse isso tivesse conhecimento de causa, não fazia; não se conhecia o descontentamento da massa. E claro que contribuíram para tentar levantar. Mas havia muito medo, muita frustração, o esfacelamento das lideranças. Eu achava que o movimento ia crescer, ia dar certo. Que era positivo. A classe operária olhava aquilo com bons olhos. Era uma espécie de escape, preâmbulo de uma nova saída que poderia vingar. Era difícil atingir o camponês: havia pouca comunicação, uma grande dispersão e a própria visão do camponês tornava a questão difícil. O setor camponês é muito agressivo. Quando articulado, ele esgota a fase de negociação muito rápido. Vem o grileiro, registra a terra, manda o camponês sair, ele não sai e o pau come.

Mas, em 68, o movimento no campo estava muito embrionário.



FLAGRANTE - março/abril de 78 pg. 9

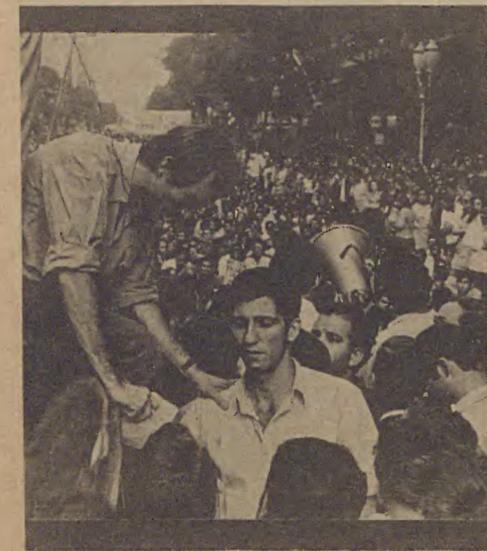
35 de Inovação - MIP/DAJ - 1.22



Um grito de cem mil pessoas



A marcha interrompida pelo comício



Franklin Martins



Vladimir Palmeira

A fala dos líderes e o gesto dos estudantes



Dia 25 de junho de 1968. Intelectuais, padres, comerciantes, bancários, trabalhadores reivindicavam as mesmas coisas num único grito. O Rio de Janeiro parou. Os manifestantes queriam diálogo com o Presidente Costa e Silva. Escolhida em praça pública, a "comissão dos cem mil", formada pelo psicanalista Hélio Pellegrino, Irene Papi (representantes das mães), João Batista Ferreira e os estudantes Marcos Medeiros e Franklin Martins, marcou encontro com o Presidente. Uma semana depois, nas antessalas do Palácio Alvorada, em Brasília, um assessor impede que os estudantes entrem sem ternos, propondo que eles vistam de preto de mordomia do palácio. Hélio Pellegrino diz que, nesse caso, toda a comissão entraria vestida de mordomo. Resultado: os estudantes falam com Costa e Silva em manga de camisa.

Costa e Silva alegou depois "que os estudantes não tinham representatividade", reagiu às reivindicações de reabertura do Calabouço e libertação dos presos, mas concordou em soltá-los, desde que prometessem "não realizar mais qualquer passeata." Diante da recusa dos estudantes, concluiu que "o movimento estudantil não estava sendo dirigido pelas melhores mãos". "E finalizou declarando que não decidia nada sob ultimatos". Desse encontro, segundo os estudantes "um verdadeiro monólogo do Governo" e, para o Governo, "profundamente melancólico", resultaram novas medidas repressivas. João Batista Ferreira, ex-padre e representante do clero na "comissão dos cem mil" dá aqui seu depoimento.

"Para chegar até à passeata dos 100 mil, é preciso entender que a década de 60/70 foi muito fecunda. Foi a década da Mater et Magistra, de João XXIII, do Concílio sobre a dignidade dos povos. A igreja despertou para a situação do homem concreto no mundo, através de seu corpo. Até então ela só se preocupava com a alma. Em 68, a Igreja conquistou

um nível de consciência muito bom, embora seu espírito fosse reacionário, pois há muito ela perdera o senso profético de contestação e denúncia das injustiças e se aliara ao poder. Quatro anos haviam se passado desde o golpe de 64, mas 68 já tinha uma larga consciência diante de 64. Foi o tempo do arrocho salarial, da desmobilização sindical, das cassações, do fantasma da tortura. Tudo isso fez 68 encontrar um forte anseio popular. Na realidade, 68 foi um grito. Ousado, desorganizado. Mas foi um grito congregador.

- Foi também um grito ufânico, porque partiu de jovens que, jogando apenas a palavra contra as armas, tornaram autêntico um movimento que, em essência, era nacionalista. E este movimento se expandiu de tal maneira que, não sendo fácil lidar com tanta força, o Governo precisou adotar medidas extremas como o AI-5, o decreto 477 e a Lei de Imprensa. O clero participou ativamente em todo o Brasil.

Mas o grande mérito do grito de 68 foi dos estudantes. Havia nas universidades um laboratório, precário mas ativo, de discussão dos problemas brasileiros. E é lamentável que tenha terminado. Queramos ou não, a juventude determina o

próximo passo da civilização. A universidade deveria ser o local do debate amplo, sem limites. Quando se diz que o estudante é para estudar, emprega-se bitoladamente o verbo estudar. Ele perdeu o sentido latino, que está aberto ao mundo, ter conhecimento pleno das coisas.

Acho terrível a comunofobia deste país. Tudo passa a ser considerado comunista. A defesa do operário, a defesa ao direito de greve (nos países comunistas não há greves), a defesa das classes menos favorecidas, a denúncia da pobreza, da mortalidade infantil, da fome, todas essas palavras soam como verme-lhas. O próprio D. Helder uma vez afirmou que "no meu país, defender os pobres é crime." Aliás, sempre que a Igreja leva sua pregação para o campo da justiça, ela incomoda e desperta a ira. Tudo isso fez com que o país, em dez anos, apresentasse um triste cenário de abandono. Não sei se 78 repetirá 68. Mas nesses dez anos foi possível um extraordinário feito - o esvaziamento das idéias. Este é o milagre brasileiro: um povo sem idéias.

- Participei com uma emoção fantástica da passeata dos cem mil. Me senti muito povo e conheci a sensação de solidariedade com a massa. A massa é mani-

pulada, mas sabe pensar e gritar quando lhe dão chance. Foi representante do clero e tive de estabelecer uma ligação entre Igreja e povo. Acho que a grande importância da passeata foi conchamar as forças vivas da nação no sentido de uma abertura maior e de mais justiça. E, conseqüentemente, a melhor distribuição de riqueza e poder. Foi o movimento popular espontâneo de maior adesão neste país. Não houve conchamação através dos órgãos de comunicação e assim mesmo a notícia correu de boca em boca, com a rapidez de um raio. Porque as pessoas estavam lá, na mesma direção, com uma só voz gritando pelos mesmos direitos. A cidade parou. E espontaneamente desceu às ruas e se deu as mãos, usando a única arma de que dispunha: a voz.

Infelizmente, deturpou-se o movimento, que era popular. A coisa ficou sendo vista como delinquência, banditismo, quando na verdade era democrata. Tudo isso contribuiu para uma atitude paternalista, pessoas dizendo que brasileiro não sabe votar. Igual à mãe superprotetora, que não dá autonomia e independência ao filho, medindo os passos e tornando relativo o espaço da criança. Que fica deitada em seu berço. Eternamente".



Os padres deram-se os braços e desceram para as ruas.



CRUSP cidade liberada

Rafael passou no vestibular. Chegava em São Paulo sem dinheiro e não tinha onde morar. Livros e roupas embaixo do braço, precisava de um lugar. Viu os prédios novos e vazios do Conjunto Residencial da USP - escolheu um apartamento e tomou posse. Começa aí a história do CRUSP, que termina no dia 18 de dezembro de 1968, cinco dias depois do AI-5.

Apenas 46 estudantes conseguiram dominar os 1.400 universitários que residiam no CRUSP, fazendo deste o quartel-general da subversão comunitarista do movimento estudantil em São Paulo. Agitados bem treinados em técnicas de persuasão, coação e intimidação conseguiram envolver no movimento subversivo cerca de 300 estudantes, e de posse dessa força, empolgaram o CRUSP."

(Processo 15-SJ. Inquérito Policial Militar. Comando do II Exército).

Morei no CRUSP de 1966 a 68. Conheci Glória lá. No início o CRUSP era até mesmo provinciano, a grande maioria dos moradores tinha vindo do interior e o regulamento era bem rigoroso. Homem não entrava em bloco feminino e vice-versa. A gente ia dormir cedo e às 7 da manhã tava todo mundo no restaurante, tomando café. Parecia colégio interno."

(Armando, hoje executivo bem sucedido)

O CRUSP deveria ter doze blocos, mas só sete estavam concluídos. O resto ficou apenas na estrutura de concreto. O bloco era o mais luxuoso, e tava meio vazio, era usado pela administração da USP. No começo de 68 a gente fez uma assembléia e decidiu ocupá-lo. Quase todas as escolas estavam sendo ocupadas, pelos estudantes, a moçada do CRUSP participava de

toda a mobilização, era natural que fosse ocupado."

(Um ex-morador)

Quando minha mãe viu a minha do interior me ver, tinha que pedir autorização pra subir. Dentro dos apartamentos a gente não podia receber ninguém. No começo de 68 a administração começou a se abrandar e foi feita uma votação, logo depois da ocupação do G, para decidir sobre a entrada de pessoas do sexo oposto nos blocos. Votaram a favor os três prédios masculinos e um feminino. O bloco D, também feminino votou contra e ficou assim até a invasão do exército."

(Glória, biomédica, casada com Armando, dois filhos. Moram numa bela casa, num bairro de alta classe-média).

Vendo de hoje, a ocupação foi uma experiência maravilhosa. Durante um tempão os estudantes viveram autonomamente. A gente cuidava de tudo: da lavagem de roupa à administração do bar. Os funcionários continuaram a trabalhar e a gente organizou até cursos livres, dados pelos professores escolhidos por alunos. Durante a greve dos metalúrgicos de Osasco, vários operários passaram a frequentar o CRUSP, assistiam os debates, ouviam uma ou outra aula, davam opinião. Prá nós era um começo do sonho de aliança com a classe operária, mesmo que muito limitada. E

além de uma experiência política muito importante, o CRUSP foi uma aula de liberdade, onde a gente começou realmente a aprender a ser adulto."

(Uma ex-moradora)

Pode-se avaliar sua alta periculosidade tendo em vista que a libertação de alguns deles foi exigida quando se sequestraram diplomatas estrangeiros aqui e no Rio, estando eles hoje no exterior, banidos que foram do país. E outros que se encontram foragidos participam de gangs terroristas que assaltam, roubam e matam indiscriminadamente."

(Relatório do Coronel Alvim presidente do IPM)

Um dia chegou uma viatura no CRUSP, acho que do DOPS, com três policiais e um estudante, detido por "atividades terroristas" e que havia sido levado lá pra identificar colegas. Os agentes do DOPS foram presos, o estudante foi solto e a viatura foi queimada bem no meio do pátio. Ficou lá, como uma escultura."

(Um estudante)

A gente se conheceu no CRUSP, e lá começou a namorar. Essa história de que no CRUSP existia promiscuidade é um absurdo, existia até menos que no resto da sociedade. Como todo mundo

conhecia todo mundo, se a menina namorasse muito, daí a pouco ninguém queria mais nada com ela."

(Glória)

Armas das mais variadas, desde carabinas, foguetes, morteiros de fabricação caseira e bombas de todos os tipos, além de livros doutrinários e subversivos, foi o que o exército apreendeu no CRUSP na batida que lá realizou a semana passada, e cujo material o Coronel Danilo Darc Cunha Mello, chefe do estado maior da II divisão de infantaria, apresentou à imprensa."

(O Globo, 23 de dezembro de 1968)

Eu acordei com um barulho enorme. Olhei pela janela e o CRUSP estava cercado por tanques do exército e pela polícia militar. Armados de metralhadoras, com cachorros, eles mandaram a gente descer. Eram cinco horas da manhã.

(Glória)

Fomos todos levados para o pátio, meio a base de porrada, e ficamos enfileirados debaixo do sol durante horas. Acho que ninguém sabia o que fazer com a gente: éramos 1.800 pessoas, e a impressão era que os "homens" estavam esperando resistência grossa. Comecei a desconfiar que os próprios soldados não estavam entendendo mais nada quando chegou um sargento - ou cabo - e me perguntou a que horas chegavam os comunistas. Tentei explicar a ele que nenhum comunista ia chegar, mas ele estava irre-

duzível na certeza que comunistas fardados e barbudos iam todos os dias ao CRUSP aliciar jovens indefesos."

(Um estudante)

No bloco G foi onde se encontrou o maior número de armas. Apetrechos utilizados pelos vietcongs também faziam parte do equipamento que estudantes pretendiam utilizar na guerrilha urbana, como tridentes e cabos de vassoura com extremidade pontiagudas."

(O Globo, 23 de dezembro de 1968)

Em 69 eles fizeram uma exposição nos edifícios dos Diários Associados. Um colega nosso tinha um livro sobre bombas hidráulicas, em inglês. Ele fazia engenharia. O livro tava lá, exposto, como se fosse o maior manual de guerra. As armas que eles diziam ter encontrado, se fossem realmente do CRUSP, deveriam estar muito bem escondidas. Eu nunca vi nenhuma."

(Armando)

Um dos documentos mais importantes apreendidos foi uma lista de autoridades de São Paulo, com os respectivos endereços. Seriam prováveis alvos de atentados."

(O Globo)

Tava lá o despertador do meu vizinho de quarto, do 409/G. Ele não conseguia acordar só com o barulho do despertador e havia adaptado duas tampas de lata de cera Parquetina a um motorzinho elétrico, que era acionado por um barbante, quando o relógio tocava, e fazia um barulho dos diabos. Pois bem: tava lá na exposição. Com uma plaquinha em baixo: bomba de fabricação caseira."

(Um ex-morador)



VLADIMIR

“Nêgo chama a gente de militarista sem lembrar que a gente botou cem mil pessoas na rua”

Vladimir Palmeira, líder estudantil, preso em 69 e trocado pelo embaixador norte-americano. Hoje vive na Bélgica

Eu acho que - estritamente do ponto de vista de atuação no movimento estudantil - se repetissem 68 estava muito bem.

Prá começar, 68 não pode ser entendido isoladamente. Foi fruto da luta de mais de uma geração de universitários, a partir de 64, quando começou a se reformular a política de reboquismo predominante antes do golpe. Quando nego fala em 68, pensa sempre na explosão. E, prá grande imprensa, 68 é o quê? É o ano da França, Alemanha, toda a América Latina. Nego falava na época: é o poder jovem internacional. Aquela coisa gênero “o que leva o jovem a não sei o que lá”. Ora, pera lá. Não é isso. São coisas que tem uma raiz interna e que no Brasil, no Rio de Janeiro, passaram por uma evolução importante.

Em 66, houve um puta movimento de massa. Pela primeira vez se conseguiu botar cinco mil estudantes nas ruas. Mas a gente tinha uma condução esquerdista. Aplicava ao movimento estudantil conceitos que não eram dele, abandonava certos interesses dos estudantes. 67 já foi um momento, prá nós do Rio, de grande maturação. A gente evoluiu prá compreender o que era uma entidade de massa e acabar com a visão elitista. 66 tinha levado os estudantes a pensarem que só tinham uma alternativa: derrubar a ditadura naquele momento ou não fazer nada. O pessoal que passou pela experiência em 66, que era do 3º, 4º ou 5º ano, na época, não fez mais nada em 67. E em 68, não tava mais lá. Então, o movimento de 68 é feito com a nova geração que entrava na universidade acumulando a experiência da geração anterior. E 68 desembocou na compreensão do caráter de uma entidade de massa, de unir a luta reivindicatória à luta política. Não se negava que se lutava contra a ditadura - isso foi gritado nas ruas - mas sem querer dar soluções que cabiam aos partidos darem. Nesse nível, o papel social que o movimento estudantil teve em 68 terminou sendo bastante maduro.

Hoje se criaram algumas ilusões. De um lado, é profundamente triste. De outro, profundamente gozado. Nós tentamos renovar tudo o que veio antes de 64 e caímos no esquerdismo. Muitas vezes no mais desviado, como em 66 e, depois, no período militarista. E o que se passa hoje é que o pessoal despreza a experiência e pensa que toda a história das lutas sociais no Brasil começou, sei lá, em 75. É um processo muito semelhante. Tudo o que vinha antes é uma merda. Era um raciocínio que a gente tinha e que eles têm hoje.

Diz-se, frequentemente, que nego em 68 só queria saber de ira prá rua. É um equívoco. Inúmeras vezes tiramos a posição de não ir prá rua. Sobretu-

do, é preciso entender que o movimento começou não porque alguém determinou que o instante era aquele. O movimento era algo profundamente articulado nas escolas. A gente tratava dos problemas das verbas, da organização da Universidade, se discutia isso tudo. Se acumulou experiência nessas lutas. Tinha-se uma visão política da questão das reivindicações. Mas isso é muito diferente que pensar que você chegava lá e dizia: companheiros, abaixo a dita e vamos todos. O processo nunca foi assim. É falso que o pessoal só gostava de ir prá rua. Uma das mais importantes manifestações foi a que se fez na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, exigindo uma definição do Conselho Universitário. Às vezes, é mais fácil você ir prá rua gritar abaixo a ditadura, do que questionar a estrutura ideológica da Universidade, onde a relação professor-aluno era um absurdo, o tipo de autoridade dos caras toda a solenidade dos catedráticos, aquelas múmias. E nesse dia a gente quebrou o discurso ideológico desses caras. Eles tiveram que vir discutir publicamente com os estudantes; tiveram que votar e votaram por mais verbas, contra as anuidades. Se cobrou uma definição de tal maneira que o professor não podia ter mais a postura de dono da sapiência, sem se pronunciar sobre os problemas cotidianos, dos estudantes. Os estudantes, frequentemente preferiam ir às ruas, onde só se arriscavam a levar um pau ou uma prisão de 4 ou 5 horas, do que se manifestar, num terreno onde ele arriscava perder a prova e se inimizar com o professor. Porque, ali, a autoridade estava baseada na vida cotidiana do cara. Se as condições políticas tivessem sido outras, isso teria dado margem ao desenvolvimento do movimento estudantil, em bases extremamente novas. Isso a grande imprensa não teve interesse em divulgar. Só o lado sensacional da questão, que foi o pau que saiu depois e a prisão de uma porrada de gente no campo do Botafogo. No dia seguinte, sim: a gente foi prá rua protestar contra a repressão. E foi a tal da sexta-feira sangrenta. E foi sangrenta - é bom dizer pro pessoal que vive falando de 68 sem conhecer - não porque os estudantes saíram matando policiais. Mas porque os policiais matavam o povo. Houve um policial que morreu porque alguém jogou uma máquina de escrever na cabeça dele...

Só sei dizer que dos 60 PMs que baixaram hospital nesse dia, 55 eram por enfermidades nervosas. O que eles tinham era medo. É que o movimento de massa tem isso: ele apavora os caras da repressão, quando eles vêem que são forças sociais que estão agindo ali.

Frequentemente, eu vejo dizer também que nós queríamos tomar o

poder naquele momento. É um absurdo. Basta consultar os jornais da época ou as análises que se fizeram imediatamente depois. Nunca se falou que os estudantes queriam derrubar o regime. Se dizia que os estudantes estavam aqui travando a sua luta e se falava mais: só os trabalhadores podem derrubar a ditadura.

O problema é colocado como se dependesse das lideranças estudantis que a classe operária aparecesse no cenário, para os estudantes apoiarem ela. Não tinha um movimento operário desenvolvido no país. Sempre se fala que a esquerda brasileira é fraca. E, de fato, é: nós somos muito fracos.

Mas isso corresponde a estrutura da luta de classes no país. É uma besteira dizer, como eu já ouvi, que o pessoal do movimento estudantil fazia ação armada. O Marighella, pelo menos no Rio de Janeiro, não estudava em nenhuma escola. O que aconteceu depois, quando veio o AI-5, foi outra coisa. Quando veio o AI-5, grande parte das lideranças estudantis se viu sem alternativa política, se viu perseguido pela polícia, com o movimento operário também em refluxo. E, aí, muitos partiram para a guerrilha.

O drama do movimento estudantil em 68, tem que ser visto em função da



conjuntura que ele atuava. Não é que a política dos dirigentes da época isolou o movimento, trata-se de que a pequena burguesia é isolada. Então, é um problema histórico a ser resolvido. Dizer: aqueles caras levaram para o militarismo é uma bobagem, porque não é um fenômeno de condução. É um fenômeno da luta de classe. Não é causado pela vontade específica de ninguém. Nego chama a gente de militarista, sem lembrar que a gente botou cem mil na rua.

A União Metropolitana dos Estudantes, que em 66 era comandada ainda como um grupo de anarquistas baderneiros, em 68 tinha participação de todas as escolas universitárias da Guanabara. E teve seu vice-presidente recebido pelo Costa e Silva.

“68 era provocação”, mas a gente foi lá, dialogou com o Costa e Silva, depois da manifestação dos cem mil. Hoje muita gente diria que o diálogo com o Geisel é problemático. Mas nós assumimos isso e fomos lá e dialogamos publicamente, sem esconder de ninguém. Lutamos contra a ditadura e vamos lá dialogar. E o diretor da UME foi lá e se apresentou como representante de uma entidade que era ilegal.

Em matéria de experiência de trabalho sindical, o movimento estudantil de 68 expressou um momento de profunda maturação dos estudantes e foi um elemento extremamente importante que está marcado hoje, ainda que infelizmente de uma forma negativa. E que vai continuar marcando o movimento estudantil, como uma tradição, e vai ficar ali, como algo inédito e extremamente positivo.

É lastimável que hoje volte-se a cortar a História. Porque assim a gente não aprende nem com os erros nem com os acertos.

- E a anistia?

Hoje tem no Brasil uma luta extremamente justa, que é a luta pela anistia. Mas se começa a falar de anistia como se fosse uma coisa isolada, ou como se fosse um ato de simples humanidade. Começa-se a falar de anistia total, parcial, convencional, moderada...

Que problemas se colocam aos setores mais oprimidos da sociedade? Como enquadrar a luta pela anistia ao nível desses problemas, ou das soluções que se tem?

A primeira coisa é a liberdade de organização política e sindical do povo brasileiro. Mas ter liberdade política e organizativa hoje não é permitir que o MDB se divida em três. É permitir que os trabalhadores, os camponeses, o pessoal da classe média possa se organizar pela base. Cada 300 ou 400 pessoas que queiram formar um partido devem ter todo o direito de organizá-lo, sem nenhuma restrição.

Então, liberdade de organização política é permitir um nível de organização pela base. É um direito e uma reivindicação para todos. Garantir esse direito, quebrar o arrocho salarial e realizar a reforma agrária é um negócio mínimo e democrático. Aí está a democracia. Aí eu quero ver o sr. Magalhães Pinto ser democrata. Aí, e não em declarações de princípio, porque daqui a pouco ele recua.

Em segundo, a gente quer ter liberdade e garantir essa liberdade ao povo brasileiro. Como garantir, se nego mantém o DOI-CODI? Como se pode garantir essa liberdade mantendo a estrutura do SNI, a estrutura da polícia política, que tá aí inteira?

Como é que você pode confiar em liberdades políticas quando os torturadores continuam e já têm seus grupos organizados? Como permitir que os caras que tiveram esse tipo de atitude, os elementos responsáveis, não sejam punidos?

Fala-se em anistia recíproca. Recíproca! Como se a gente tivesse feito a mesma coisa! Então, vamos propor o seguinte: anistia dos dois lados, vamos propor assim a reciprocidade. Vamos ser igualmente duros com os torturadores, dos dois lados. Mostrem os do nosso lado. Quero ver. Não vão encontrar

Agora, é preciso denunciar. Já tem gente que tá começando a recuar. Em relação à anistia, já tão querendo distinguir entre os “políticos” e os “não-políticos”. Limitada como é a luta pela anistia, já estão querendo fazer separações, entre os que são “políticos” e os que “pegaram em armas”. Eu nem quero discutir o período político, mas essa de nego vir dizer agora que quem pegou em armas não era político é a primeira forma de dividir a oposição.

OPERÁRIOS OCUPAM FÁBRICAS

As greves em Osasco (SP) e Contagem (MG), em 1968, foram as mais importantes manifestações operárias, desde 1964. Algumas duraram oito dias e chegaram a reunir 15 mil operários. Fábricas foram ocupadas e a repressão violenta. Dois sindicatos sofreram intervenção.



No sindicato, 3.000 metalúrgicos em assembléia.

Contagem

“E a marmitta, ministro?”

A greve começou com 1700 operários. Mas em 7 dias conseguiu a adesão de 15 mil dos metalúrgicos da cidade industrial de Belo Horizonte. A fábrica da Belgo-Mineira foi a primeira. No dia 16 de abril. Os trabalhadores tomaram a fábrica, impediram os diretores da empresa de se retirarem e declararam a greve.

A noite, concordaram em se retirar da empresa. Mas a greve estava declarada. E continuou. No dia seguinte, mais 300 metalúrgicos deram seu apoio. Concretamente. Também pararam o trabalho. E nos dias seguintes, enquanto os metalúrgicos se declararam em assembléia permanente no seu sindicato, a greve atingiu 19 das empresas da região.

Era a primeira grande manifestação operária desde 1964. E a primeira resposta à política de arrocho salarial, implantada pelo Governo Militar. O motivo, por sua vez, não podia deixar de ser outro. Os trabalhadores pediram 25% de aumento e o dissídio coletivo, em outubro, dera apenas 17%. As comissões de fábricas, que começaram a se constituir ainda em 1967, com a formação dos chamados grupos de cinco em cada fábrica, foram o instrumento utilizado pelos metalúrgicos para desencadear a greve.

A diretoria do sindicato afirmou que não era responsável pela greve, mas se solidarizava com ela. E o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, deu a sua versão, em nota oficial aos jornais:

“Em Belo Horizonte, sem cumprir qualquer dos requisitos da lei e ultrapassando os próprios sindicatos, grupos provocadores fecharam a trelifaria da Belgo-Mineira, ocuparam esta seção da siderúrgica, mantiveram presos engenheiros da firma, sob o pretexto de obter imediato aumento salarial. Após concordarem em evacuar a fábrica, voltaram-se no sentido de buscar apoio dos trabalhadores de outras empresas”.

“Illegal é a fome”

Enquanto boletins eram distribuídos nas fábricas pelos operários em greve afirmando que “ilegal é a fome”, outros sindicatos se solidarizavam com o movimento. No Rio, os 25 sindicatos que constituíam a Comissão Organizadora de Programação do dia 1º de Maio enviaram uma nota de solidariedade. “Pela sua ação corajosa em defesa da luta que é de todos os trabalhadores brasileiros: a revogação da legislação do arrocho salarial”.

A greve se alastrava e a apoio aumentava. O Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, diante da pressão, responde em nota oficial que vai dialogar com os metalúrgicos. Mas que está “determinado, decididamente determinado a fazer cumprir a lei em benefício da Nação”. E comparece à assembléia marcada pelos trabalhadores para o dia 20.

Dia 20 era sábado. E os grevistas já eram 7 mil, pois os 5 mil metalúrgicos da fábrica da Manesmann haviam aderido.

O Ministro na assembléia, começou dizendo que iria dialogar, mas que o Governo não podia de um momento para outro repor tudo que havia sido tirado do trabalhador em 1966 e 1967. Insistiu em que não estava ameaçando os trabalhadores. Mas afirmou “se vocês querem briga, o Governo está disposto a brigar e os prejudicados serão vocês”.

“E a marmitta, ministro?”, alguém gritou. Outros acompanharam o grito. Era a resposta à afirmação do Ministro de que, pela lei, o aumento deveria ser de 8%. O ambiente ficou tenso. O ministro começou a gritar. E ameaçar. O rosto vermelho, repetia que aquilo tudo era demagogia.

A tensão aumentava com os gritos. Na sala, três mil metalúrgicos. Homens e mulheres que sentiam sua força. E o ministro acuado continuava chamando-os de demagogos. As lideranças operárias sentiram que, caso não tomassem alguma providência, Passarinho seria agredido, pois continuava gritando. Resolveram suspender a assembléia apressadamente.

Tempos de greve

Setembro e outubro foram meses de greves. Os bancários mineiros paralizaram o trabalho por mais de uma semana e os de Fortaleza seguiram o movimento, sofrendo, em resposta, uma violenta intervenção em seu sindicato. Em Cabo, Pernambuco, os trabalhadores do engenho Boa Vista e do Cedro, com apoio de toda a população, entraram em greve por mais de uma semana. E alcançaram suas reivindicações. Em Belo Horizonte, os metalúrgicos da cidade de Barão de Cocais entraram em greve, a única considerada legal pelo Ministro do Trabalho. Também em Curitiba, duas greves operárias paralisaram fábricas (a da Compa-

nhia Nopa e a Indústria Comércio Cruzeiro).

Além das greves de mais longa duração, as ameaças de greve ou pequenas paradas foram muitas. Assim ocorreu em três empresas automobilísticas no início de setembro (Willys, Chrysler e Volkswagen). O Tribunal do Trabalho decidiu aceitar um recurso do sindicato patronal de diminuir de 25% para 23% o aumento concedido aos operários. Os sete mil operários da Willys entraram em greve. Pararam sob a promessa da empresa de que não haveria diminuição. O mesmo ocorreu nas outras empresas.

Plebiscito

No domingo, os 7 mil operários fizeram um plebiscito. Uma urna foi colocada no sindicato. Votariam Sim, caso aceitassem a proposta do Ministro do Trabalho de um abono salarial de 10%. O Não significava continuar a greve. Decidiram continuar.

Nos dias seguintes, outras fábricas entraram em greve. Eram 15 mil trabalhadores participando do movimento. Então, a contra-ofensiva começou. Passarinho ameaçou os grevistas de processo, caso não voltassem ao trabalho imediatamente. Era o dia 23 - o sétimo dia da greve. A declaração foi feita à imprensa e por uma cadeira de rádio e televisão.

Os empresários também fizeram a sua advertência. Em nota oficial, assinada pela Federação das Indústrias de Minas Gerais e Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas, conclamaram os operários a interromperem aquela greve ilegal e retornar ao trabalho. Advertindo ainda que “o prosseguimento da greve poderá levar trabalhadores, entre os quais se encontram pais de famílias, à uma difícil situação nas suas relações de trabalho”.

Pressionados pela ameaça de processo e de demissão, os operários começaram a voltar ao trabalho. Outras fábricas que se preparavam para entrar em greve recuaram. E no dia 25, nove dias após o início do movimento, a maior parte dos metalúrgicos retornou ao trabalho.

O saldo foi o abono de 10%, proposto pelo Ministro de Trabalho e concedido imediatamente aos grevistas de Contagem. Mas no dia 1º de maio, o abono foi concedido para todos os trabalhadores. Sabia-se, desde março, que o presidente Costa e Silva pretendia conceder o abono para evitar as manifestações que se preparavam no País para o Dia do Trabalho. Assim, os metalúrgicos de Minas não viram o abono como uma vitória.

Em Contagem, 27 operários foram demitidos. Mas as principais lideranças do movimento não chegaram a ser presas. No dia 26, quando o DOPS cercou o sindicato, as lideranças somente aceitaram deixar o prédio ao lado de deputados do MDB, sendo levadas diretamente para a Assembléia Legislativa. Havia sido instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre a política salarial. As lideranças dos grevistas foram convidadas a prestar depoimento.

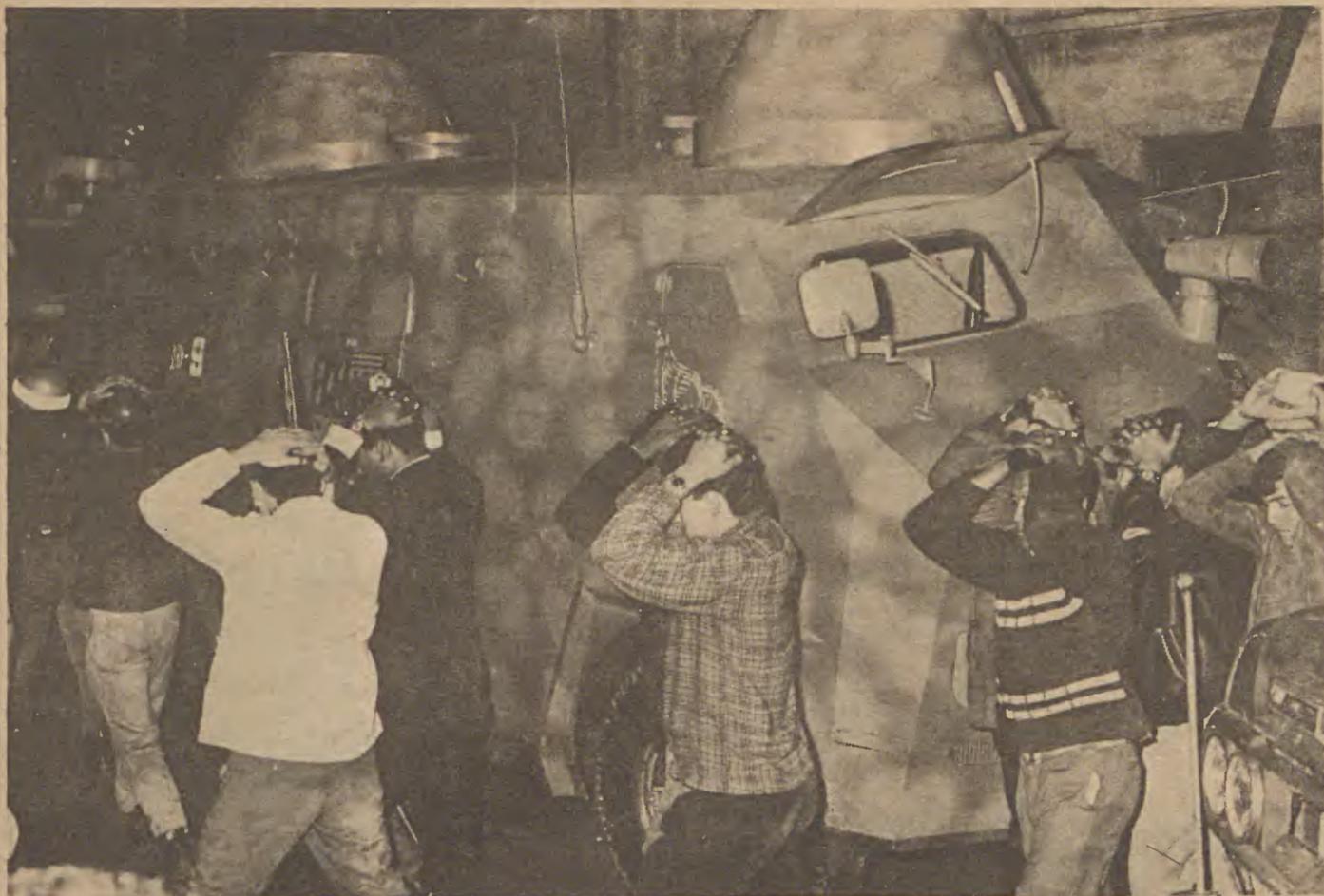
Nova greve

O movimento, estruturado em comissões de fábricas, não chegou ao fim com a primeira greve. Pelo contrário, o número de comissões aumentou. O que possibilitou uma segunda greve em outubro.

Em setembro, os operários reivindicaram 30% de aumento. Mas no julgamento do dissídio, a reivindicação não foi aceita. Em 1º de outubro, os metalúrgicos iniciaram nova greve. Mas, desta vez, a repressão foi violenta. No mesmo dia, o sindicato sofreu intervenção e a diretoria passou a ser perseguida.

Para substituir o sindicato, foi criada uma Comissão de Greve, que deveria coordenar o movimento.

A greve durou apenas 4 dias. No quinto, a maioria dos metalúrgicos voltou ao trabalho. Mas algumas das lideranças tiveram de se retirar de Contagem. Os nomes estavam marcados. E a violência, que começou em outubro, teve o seu desfecho logo após o AI-5, em dezembro. Diversas casas foram invadidas, os móveis jogados na rua e destruídos. Entre os grevistas, os mais conhecidos foram presos. E a partir daí nenhum dos membros da antiga diretoria do sindicato conseguiu emprego em Contagem.



O "brucutu" garante a prisão dos grevistas...

Osasco

A senha era o apito da fábrica

Exatamente às 8 horas e 44 minutos de 16 de julho os operários da Cobrasma, uma das maiores fábricas de Osasco, iniciaram o movimento grevista. Tomaram a fábrica guardando como reféns 15 engenheiros e membros da diretoria da empresa. Rapidamente, outras fábricas aderiram. Antes do meio dia, eram 4 mil os grevistas e quatro as empresas ocupadas. Na Fábrica de Fósforos Granada, onde trabalhavam cerca de 200 mulheres, um grupo de operários da Cobrasma realizou uma assembleia. Resultado: apoio à greve. E em passeata as 200 mulheres e cerca de 20 homens saíram pelas ruas de Osasco distribuindo um boletim.

No início, greve pacífica

"Nós, operários de Osasco estamos em greve. Já ocupamos várias fábricas. Exigimos 35% de aumento sobre os salários atuais; contrato coletivo de trabalho por dois anos, e o reajuste, de três em três meses". O movimento não foi iniciado pelo sindicato. Mas este imediatamente deu seu apoio. Em meados de 1967, uma nova diretoria assumira o sindicato. Na cabeça, José Ibrahim, 21 anos. A média de idade da diretoria era de 22 anos.

Além das fábricas ocupadas, o próprio sindicato fervilhava de operários. Em assembleia geral permanente. Pessoas entravam e saíam. A diretoria dava entrevistas. "O movimento será conduzido de uma forma pacífica. Só responderemos à força se ela for usada contra os colegas, trabalhadores e pais de família".

Na Cobrasma, eram 1000 os ocupantes. A imprensa não entrava. Nem nomes, nem fotos. Era a ordem. A influência do movimento estudantil era clara. Os operários diziam à imprensa da porta da fábrica: isto aqui não vai ser uma nova filosofia. (referindo-se à invasão da faculdade).

José Ibrahim já fora de um Grêmio secundarista. José Barreto, um dos operários que liderou o movimento de tomada da fábrica também participara de movimento secundarista. De tarde, diversas lideranças estudantis chegaram a Osasco. E propuseram a formação de comitês de divulgação e de finanças por parte dos estudantes como apoio à greve operária.

Mais tarde, nas faculdades, começaram a recolher o dinheiro e a preparar comícios para o centro da cidade.

A resposta ao movimento foi rápida. Em nota oficial, o Ministro do Trabalho declarou a greve ilegal. "As características desta greve permitem estabelecer ligações com movimentos subversivos".

A Força invade

Às 19 horas, policiais do Dops e da Força Pública penetraram no bloco de administração da Cobrasma. Eram 30 cavaleiros, 60 soldados armados com metralhadoras, baionetas caladas, bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e dois brucutus. Encontraram apenas empregados que faziam a limpeza tranquilamente. Antes das 21 horas, todas as fábricas haviam sido desocupadas. Com exceção da Cobrasma. Esperando uma resistência que não chegou sequer a ser ensaiada, os policiais deram a ordem para os cavaleiros entrarem apenas de madrugada.

Os cavalos pularam a cerca. Os policiais atrás. Alguns operários ainda tentaram fugir pulando o muro. Mas quase todos foram apanhados mais adiante.

"Do you understand?"

Alguns soldados vinham carregando um preso. Um dos que tinha fugido. A imprensa se aproximou, pediu nome e idade. O operário olhou, deu um sorriso e respondeu:

- Twenty one. Do you understand?

Os policiais tiraram seu documento e mostraram à imprensa. "É José Barreto. Estão vendo? É ele mesmo". O operário continuava dando um sorriso.

Foi o único dos chamados líderes que foi preso. Mas além dele cerca de 35 me-

talúgicos foram levados pelos policiais para o Dops. E mais dois padres operários que moravam em Osasco (o padre francês Jean Pierre Wantieu e o padre Antônio Soares).

Depois, a praça de guerra

No dia seguinte, a Força Pública interveio no Sindicato dos Metalúrgicos em Osasco. Foram usados 180 soldados armados de baionetas caladas e 15 agentes

... depois da carga de cavalaria, na Cobrasma



do Dops. O número de presos, segundo o delegado foi de 43 pessoas. Mas segundo os trabalhadores foram 120. Por determinação do Ministro do trabalho, o sindicato sofreu intervenção.

Osasco transformou-se em uma praça de guerra já no segundo dia de greve. Uma tropa de 150 soldados ficou na cidade guardando as fábricas. As lidenças começaram a ser procuradas. José Ibrahim, como todos os outros membros da diretoria do sindicato, retirou-se de Osasco apressadamente.

Solidariedade

A invasão no sindicato e a prisão dos operários e dos padres provocaram reação por parte da Igreja, deputados do MDB e outros sindicatos. Além de diversas declarações em jornais de figuras conhecidas, como D. Paulo Evarismo Arns, bispo de São Paulo, sindicatos do Rio mandaram cartas de apoio.

No fim, líderes caçados

Os dirigentes sindicais de todo o estado de São Paulo marcaram uma reunião para decidir se entravam em greve em apoio aos metalúrgicos de Osasco. Nesta reunião estavam presentes representantes de cerca de 200 mil metalúrgicos. Uma opção pela greve significaria praticamente greve geral. Mas a decisão foi contrária. Optaram por apoiar o movimento através de cartas de solidariedade e ajuda financeira.

Enquanto isto em Osasco os operários, pouco a pouco, voltavam ao trabalho. A greve durara três dias. As demissões atingiram cerca de 600 metalúrgicos. E a liderança do movimento continuou a ser procurada.

Dos presos, ficaram detidos durante um mês José Barreto e os dois padres operários. Os outros metalúrgicos foram soltos dois dias após a prisão. Barreto, quando foi quebrada a incomunicabilidade, denunciou a seu advogado que havia sofrido torturas no Dops.

José Ibrahim foi preso em 1969 e banido do país em troca do embaixador americano no mesmo ano. José Barreto foi morto, ao lado de Carlos Lamarca, no interior da Bahia, em 1971.

Editora Boca Ltda.

beijo

março de 1978

C\$15,00

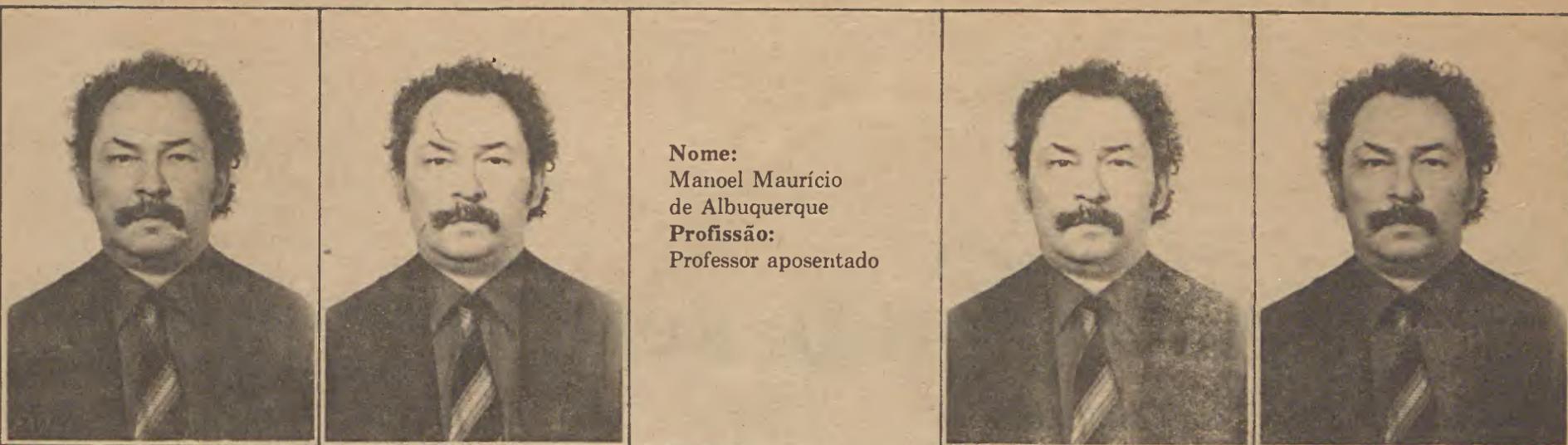
Nº 4

MOVIMENTOS ESTUDANTIS

QUE NOVOS FILÓSOFOS QUE NADA!

O TAMBORIM QUE ENSURDECE...

NAS BANCAS



Nome:
Manoel Maurício
de Albuquerque
Profissão:
Professor aposentado

“ Em 68 havia amor, hoje há desinteresse ”

Manoel Maurício de Albuquerque completará 50 anos no fim deste ano e foi um dos 42 professores aposentados pelo AI-5, em abril de 69. Contra ele, só a acusação de pensar. Nem processo houve.

Oficialmente, não sabe porque foi afastado do convívio dos universitários, sobre os quais sempre exerceu grande influência no agitado Instituto de Ciências Sociais do Rio. Atualmente este homem que vê a História como uma ciência de participação, acha trágica a situação dos alunos. “Hoje eu dou uma aula sobre o Brasil de agora e ela é acieta como se eu estivesse falando de algo tão remoto como o descobrimento do Brasil”

O “1968 foi justamente o auge da crise, onde se encontraram uma série de resistência ao “movimento de 64”, já totalmente desvirtuado. Era uma união desunida e isso evidentemente favoreceu sua própria derrota, mas era uma oposição cujo único ponto comum talvez fosse a resistência ao movimento crescente de implantação de um estado autoritário. E nisso você tinha grupos de ideal burguês, querendo o retorno às formas tradicionais do estado burguês liberal e aqueles mais radicais, que pregavam a derrubada deste mesmo estado. Em suma, quando mais não fosse, a implantação de uma transição para um socialismo, o mais vago possível. 68 foi o clímax talvez da insatisfação e oposição causadas pelo “movimento de 64”. E aqueles jovens estavam conscientes. Dizer que os secundaristas, por exemplo, estavam protestando por mera rebeldia, é uma tolice. Essa coisa de “a rebeldia é típica dos jovens” não tem nada a ver, não explica ou justifica nada. Havia, sim, uma grande curiosidade, um interesse pelo país. Havia, sim, um inconformismo da idade, do jovem, mas prefiro deixar isso de lado, porque mais tarde ele veio de modo muito mais terrível: na base de drogas, poder-crer-tudo-jóia, e uma série de outras soluções beco-sem-saída. E o Estado nunca se mobilizou ou sensibilizou com elas. Mil vezes aqueles alunos do que os que vieram depois, totalmente alienados”.

- As passeatas era uma loucura padre e membro do Partido Comunista, profissional liberal com analfabeto, secundarista com mãe que participou da passeata-das-panels, contra o Jango, um verdadeiro milk-shake ou coquetel-

molotov. Como explicar essa convergência de absolutamente todas as divergências?

“De um lado havia o endurecimento do regime que cerceava mesmo as formas legais de protesto: 68 era o dobre de finados de uma posição de contestação dentro dos limites da democracia burguesa, mesmo que já bastante ajustada a um centralismo autoritário. Se não havia uma unidade de ação, existia uma unidade de medo à repressão, que estava clara. Este cerceamento gradual era um processo em curso e levou a uma união de elementos tão dispersos.

Um mestre-sala muito assumido

Este gradual cerceamento do regime vinha em contradição ao movimento que se havia composto contra a formação de uma ditadura totalitária de esquerda, na medida em que esse movimento libertador ameaçava apelar e apelava para recursos repressivos. É como você disse anteriormente: a pequena burguesia, na sua angústia de sobreviver futuramente, sempre oscila entre o radicalismo de direita e o de esquerda, muito próximos de quem não está ligado ao setor da produção. E mais uma vez ela estava com medo. O que eu acho é que a repressão se fez duramente e perdeu-se a oportunidade de saber o que se pensava sobre o regime. A grande perda para o regime foi ter perdido essa oportunidade, porque ninguém pode dizer que

eram meros baderneiros a fim de agitar o país. Ninguém vai acreditar em delírio e histeria coletivos, em que as pessoas saíam pelas ruas feito loucas. Não, o que se deveria ter visto era o que pensava essa massa, e quando mais não fosse, era o caso de arrumar ocupação para ela, não é? Só no Rio foram mais de cem mil pessoas... A perda da fé na mensagem do “Movimento de 64” se deu justamente nesse momento em que ele desdenhou da sua atuação, quando este mesmo movimento não teria vingando sem o auxílio dessa parte da população. A demora da promulgação do AI-5 prova isso: uma parte dos que detinham o poder achava que uma repressão mais ostensiva eliminaria as últimas esperanças no movimento, e outros setores achavam que a própria fragilidade do regime não permitia contestações. E a maior demonstração de fraqueza desse regime foi prevalecer esta segunda opinião. Mas isso tudo é fruto da antropofagia que tomou conta do próprio movimento e alijou simpatizantes e atuantes de tradição, como o próprio ex-presidente Juscelino. Nessa hora ficou bem claro que este movimento tomara outro rumo, pois que afastava elementos nada esquerdizantes”.

- De repente, essa classe média meio pacífica e até mesmo conservadora, chegou a reagir violentamente, como na Sexta-Feira Sangrenta, em junho daquele ano, no Rio de Janeiro, onde jogou mesas, cadeiras e máquinas de escrever, na falta de armas. Era o fim-do-mundo ou o começo do comunismo, como dizem por aí?

“Era toda uma decepção contra quem não cumpriu suas promessas, a começar pela desestatização das refinarias e a da remessa-de-lucros. Logo depois de abril de 64. O jovem percebeu isso. Essa alienação de hoje é fruto da repressão que sobreviveu ao AI-5, quando o que se criou foi uma grande contradição: de um lado o pedido para que o jovem participe da solução dos problemas nacionais, e por outro a afirmação de que não temos mais problemas. Como se pedir a alguém que solucione o que já está solucionado por quem de direito...?”

Essas pessoas foram desinteressadas a opinar, e hoje, mesmo com a volta dos movimentos estudantis, seu interesse é diminuído, diferente de 10 anos atrás, quando os próprios professores tinham que ser profundamente bem informados, tanto da esquerda quanto da direita, porque senão dançavam mesmo, eram alis-

tados do interesse dos alunos, que realmente estudavam e se interessavam pelo que acontecia com seu país. Naquela época, os alunos sabiam o que fosse um salário mínimo e endemias rurais.

Até 1968 queria-se uma discussão sobre o Brasil-cartão-postal, pelo qual havia um profundo desprezo. Havia muita vontade e muito amor, pois que sem amor você não se interessa e porque se você não conhece, você ama. Havia vontade de conhecer o país por amá-lo e, não, uma vontade à la Afonso Celso, na base do ufanismo. Era um interesse real”.

O regime perdeu uma boa chance

- Com todo esse pique que você tem de professor e homem participante, como foi que você reagiu à barra desse seu afastamento arbitrário do magistério?

“fiquei reduzido a um salário ínfimo e tive que recorrer ao ensino médio de e depois a cursinho de vestibular, por sobrevivência. E foi aí que, por ignorância e indiferença, meus alunos passaram a ser, como ainda o são, aliados dos que me eram contra, por omissão. É um período de que não tenho a menor saudade. Tomei a atitude que me pareceu mais honesta e coerente, que foi não lecionar mais para o Itamaraty ou universidades, e assumir de uma vez, sem demagogias baratas, meu papel de mestre-escola. Passei a ser um professor gentil em classe, mas totalmente estranho fora dela, e isso não sem o peso enorme de uma auto-censura violenta. Dava o meu recado e ia embora, pronto. Era terrível, mas o mais importante era a minha sobrevivência. A situação e a repressão me faziam medir - e eu media como meço até hoje - as palavras. Era uma situação terrível (sobretudo pra mim, que sempre entendi a História como uma ciência de participação, como toda ciência). Ver meus alunos, coisa que eu nunca sonhara, reduzidos a fazer uma aferição de conhecimento que em 1.930 já era antiga e negativa. O que é mais triste e trágico, e que me custou muito aceitar, mas que acabei aceitando, é ter meus alunos vendo e vivendo o Brasil atual como um país do passado, no qual eles não têm nenhuma participação. Hoje eu dou uma aula sobre o Brasil de hoje e ela é aceita como se eu estivesse falando de algo tão remoto quanto o descobrimento do Brasil”.



“Estou onde sempre estive”

Leonel Brizola sempre foi o mais radical dos líderes do cenário político anterior a 1964, não pelas propostas que apresentasse, mas pelas formas utilizadas na conquista de seus objetivos.

Talvez por esse radicalismo de forma, Brizola tenha sido o único a manter uma interferência, direta ou indireta, nos setores mais sectários

do movimento estudantil de 1967/68, e nos duros anos que se seguiram ao AI-5.

Hoje, no entanto, os tempos são outros. E Brizola também.

Nesta entrevista a FLAGRANTE, ele desvenda seu pensamento político.

FLAGRANTE: Vários setores da oposição brasileira vem defendendo a convocação de uma “assembleia constituinte”. Qual a razão de adotar a palavra de ordem “constituente” agora? Como o senhor vincula essa luta com os problemas vividos pelos trabalhadores no seu dia-a-dia?

Brizola: Primeiro eu considero que em nosso país devíamos começar com uma anistia ampla e universal. Os problemas do nosso país e do nosso povo são imensos, e qualquer tentativa de meia-sola não traria nenhuma estabilidade, porque estaria excluindo amplos setores e até mesmo nosso povo das decisões. A Anistia não viria beneficiar alguns milhares, mas todo o povo, criando um clima despoluído, que é o ponto de partida necessário.

Então, eu diria que uma constituinte sempre se faz necessária quando uma nação se desorganiza constitucionalmente. Em 1961 a constituição foi violada, e por isso reclamei uma constituinte. Hoje, praticamente não temos constituição, porque ela foi demasiadamente mutilada para ser considerada viva ou existente. Agora, uma constituinte só seria autêntica quando o povo se reunisse através de seus representantes eleitos, livremente escolhidos. Por isso eu considero que a restauração de todas as franquias democráticas (que incluem anistia, constituinte, reorganização de partidos), são indispensáveis para que o nosso povo chegue àquele estado de convivência que lhe permita resolver seu destino e equacionar seus problemas.

FLAGRANTE: Mas o senhor não acha, que, com tanta gente diferente propondo a constituinte, com os mais diversos objetivos, os setores que reclamam digamos, a defesa dos interesses dos trabalhadores, deveriam ser mais claros?

Brizola: Considero que todas as correntes ou até mesmo pessoas que puderem marcar suas posições devem marcar. O que eu quero dizer é que neste momento todos se unam em torno da idéia da redemocratização, numa espécie de frente única, onde se encontram correntes e tendências as mais diversas, para que, no momento que reconquistarmos a ordem democrática, cada uma possa marcar claramente sua posição. Terceira pergunta?

FLAGRANTE: É sobre os novos partidos. A tendência, mantendo-se as atuais aglutinações, seria a formação de um PS elitista e um PTB com forte

expressão eleitoral, mas ideologicamente pouco definido. Como o senhor vê isso?

Brizola: Em relação à reorganização de partido, quero deixar claro que, uma vez restauradas as franquias democráticas no Brasil, as correntes de opinião tenderão a se expressar naturalmente. E existem, em tendências muito respeitáveis, isto em costume chamar de uma espécie de fascínio pela constituição de um partido socialista. E esta é uma aspiração muito legítima. De outra parte há toda uma realidade que é o PTB. É toda uma história que está lá, um importante lastro histórico, vinculado às lutas de nosso povo. Eu pessoalmente considero que não há grandes diferenças entre os dois, e que eles deverão confluir.

FLAGRANTE: A vantagem do Trabalhismo é sua tradição, que o relaciona com algumas das conquistas dos assalariados. Mas essa mesma tradição tem desvantagens, pois está associada com populismo, tutela do Estado sobre os sindicatos, demagogia, etc. O senhor acha que essa associação tem fundamentos? O que diferencia o novo PTB do antigo?

“Mão há grandes diferenças entre PS e PTB. Eles deveriam confluir”

BRIZOLA: O PTB foi o produto da nossa realidade. Um partido político não pode ser, frente ao povo que representa, senão uma parte desse próprio povo e, por conseguinte, com suas qualidades e seus defeitos. E a vida partidária brasileira, assim como toda a nossa história, não é algo que possa ser examinado com critérios tão perfeccionistas. O PTB representou aspirações de nosso povo e seu balanço apresenta muito mais virtudes que defeitos. Nosso dever é fazer com que o novo trabalhismo recorra às melhores lições de passado e se liberte dos velhos defeitos. Eu tenho muita fé que poderemos ressurgir qualitativamente melhor do que fomos. A palavra é sua.

FLAGRANTE: Então eu vou insistir no tema. Procura-se mudar a imagem do novo PTB, distanciando-o do populismo. O historiador Moniz Bandeira, que aliás acaba de aqui entrar, diz, em seu livro sobre o governo Goulart: “sua praxis (do PTB) mais se assemelhava à da Social-Democracia europeia depois da guerra de 14-18... do

que a praxis do populismo”. E mais adiante, comentando a atuação dos pelegos: “também neste aspecto o PTB se aproximava da Social-Democracia, exercendo ofício semelhante ao que ela desempenhava na Europa, como fator de equilíbrio nas relações de classes”. Esta interpretação foi publicada agora em 1977, mesmo ano em que o senhor declara, ao chegar aos Estados Unidos: “Sempre fui social-democrata”. Pode-se pensar que este esforço por identificar a atuação histórica do PTB com o papel tradicional da Social-Democracia obedece a dois objetivos táticos. 1 - Conquistar “respeitabilidade” junto aos olhos de alguns segmentos das classes médias brasileiras. 2 - Legitimar, teórica e historicamente, seu propósito de disputar, a um possível nascente Partido Socialista, o papel de interlocutor privilegiado da Segunda Internacional no Brasil. O senhor não acha que, taticamente, isto pode funcionar como uma faca de dois gumes? E que a imagem anti-imperialista cultivada pelo Partido Trabalhista poderia ver-se comprometida ao ser associada, por exemplo, ao papel jogado pelo governo alemão em relação ao Terceiro Mundo? Ou ao papel jogado pela Internacional Socialista em Portugal, onde ela foi o instrumento privilegiado usado pelo imperialismo na recuperação do processo português?

Brizola: A respeito da sua pergunta eu apenas lhe diria o seguinte: que nós, no Brasil, pertencemos ao Terceiro Mundo. Social-Democracia, Socialismo democrático, no terceiro mundo tem características e particularidades especiais. O nosso relacionamento com a Social-Democracia não poderá implicar nunca filiação e dependência. Trata-se de um relacionamento. E além disso, a social-democracia europeia e o socialismo democrático vigente, atuante nos países da Europa, apresentam um panorama muito diversificado. Eu acredito na perspectiva de um relacionamento e farei tudo para debater este assunto, trocar idéias e informações. Nossas decisões só serão tomadas no Brasil, depois de restauradas nossas franquias democráticas...

Moniz Bandeira: Eu gostaria de dar um aparte para...

Brizola: É, eu iria justamente sugerir que, como você invocou uma opinião do professor Moniz Bandeira, ninguém melhor do que ele para...

Uma moça que escutava a entrevista: Não: Não chuta a bola pra ele não! Brizola: ... para focar este detalhe.

“Social-democrata o PSD também era, né? As palavras enganam”

Moniz Bandeira ... não! É pra esclarecer a citação que se faz do meu livro na própria pergunta. Porque o próprio livro diz que o PTB jogou o papel de um partido Social-Democrata nas condições de um país do terceiro-mundo. Isto significa que lá existe a questão do imperialismo, o que não pode ser abstraído e dá ao problema uma especificidade. Os governos social-democratas são perfeitamente tolerados na Europa, mas quando se trata dos países do terceiro mundo, isto entra em contradição com os interesses do imperialismo. Além do que, a Segunda Internacional, que você mencionou aí, não é homogênea. Você tem que ver que a Social-Democracia sueca apoiou o MPLA, apoiou o Vietnam. A holandesa também apoiou Moçambique. A Social-Democracia sueca e a italiana têm excelentes relações com Cuba...

Brizola: ...agora, eu me permitiria acrescentar o seguinte: que nós temos que nos ater essencialmente à nossa realidade. Porque as palavras são enganosas e muitas vezes o mesmo conjunto de palavras é usado para diversos propósitos ou invoca diversos sentidos. Por exemplo: nós tínhamos um partido social-democrático no Brasil, né? O velho PSD conhecido de todos, não é verdade? E o que que ele tinha de social-democrata?... Agora, partimos de pressupostos para planejarmos o nosso futuro no Brasil me parece algo pouco definido. Temos que partir de nossa realidade concreta. E buscar compreensão onde pudermos encontrar. Em todo o mundo. E quem mais nos compreenda, melhor amigo nosso será. É isso que eu quero dizer, Quem puder me entender, me entenda.

Outra coisa. Da forma em que você coloca, fica parecendo que nossas análises e declarações obedecem a um objetivo oportunista. O que acontece é que há um amadurecimento com respeito ao que consideramos adequado para o nosso país. Amadurecimento, alias, a que atingimos todos nós, não é isso mesmo?

Flagrante: O entrevistado é o senhor. **Brizola:** Pois é. Todos nós fizemos revisões. Não com respeito aos nossos princí-

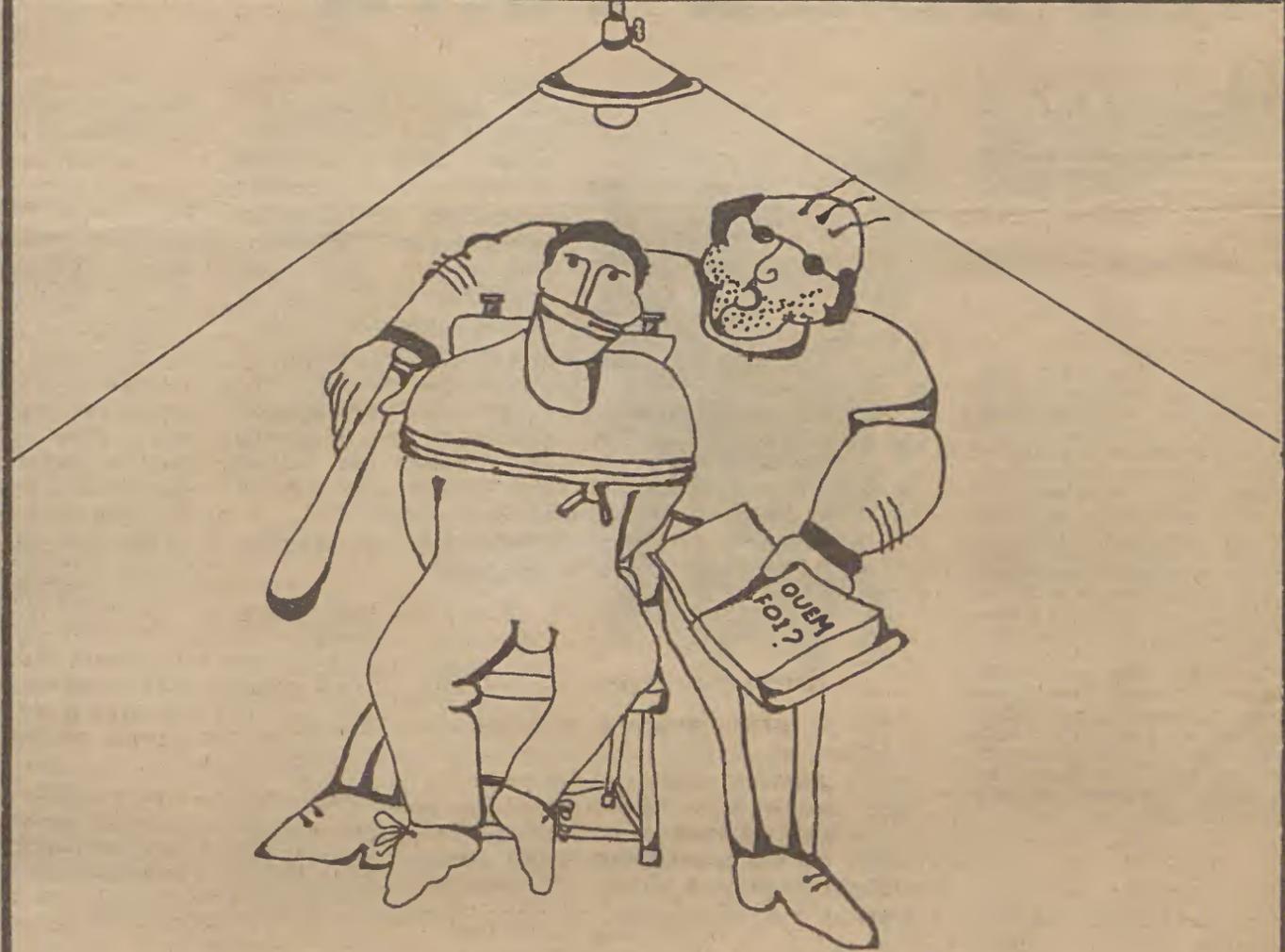
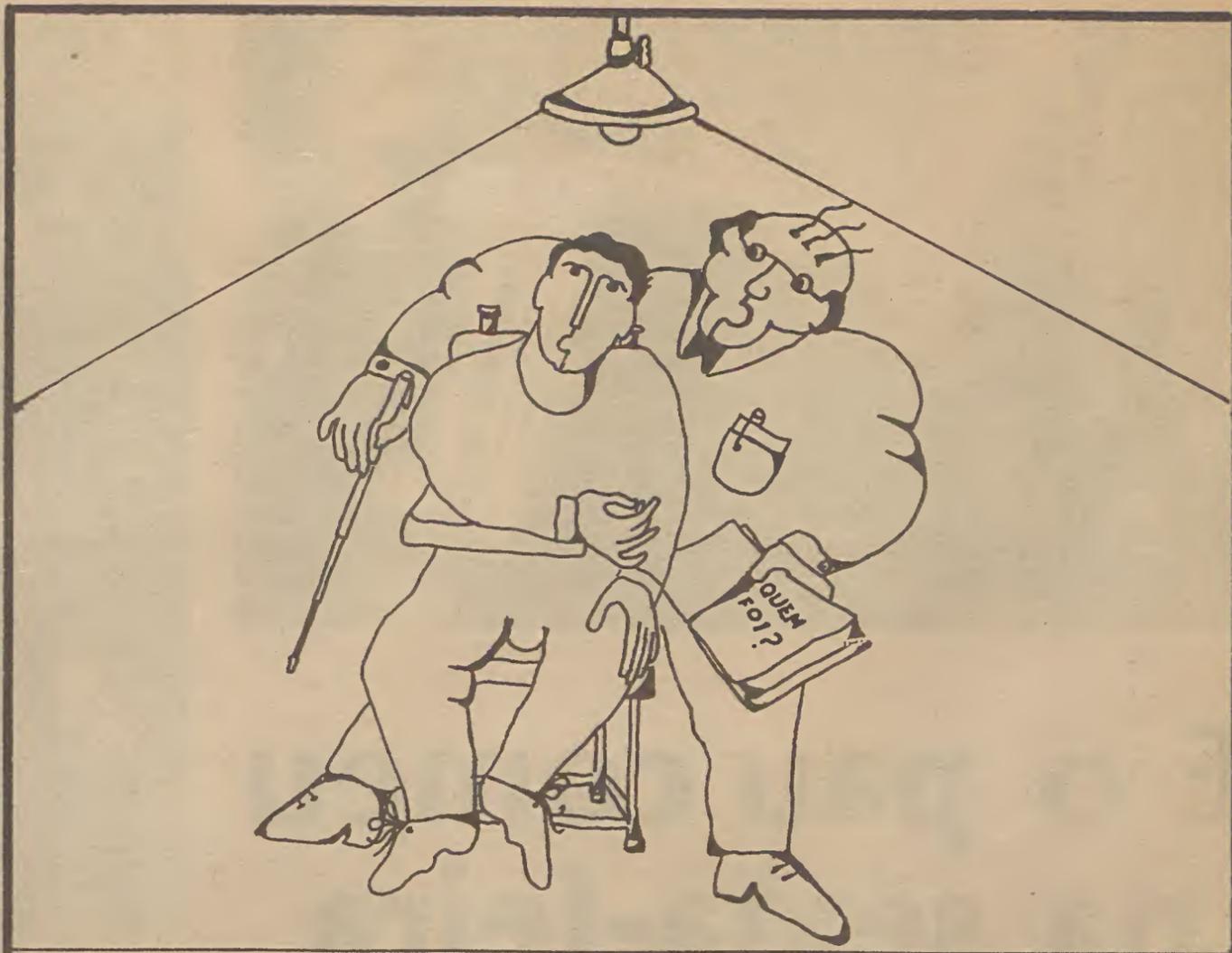
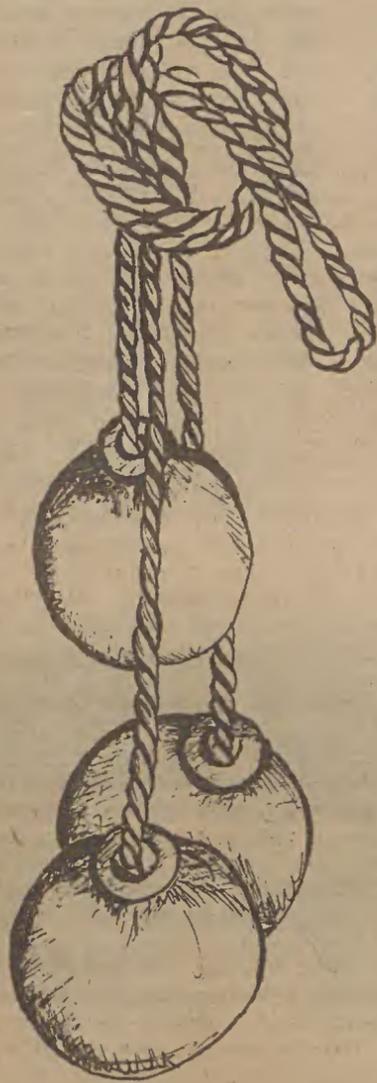
pios, mas todos nós nos atualizamos. Porque revisar não quer dizer contradizer-se. Toda pessoa inteligente aperfeiçoa seu pensamento. E é isto que tem acontecido a todos nós. Mas, no fundamental, eu estou onde sempre estive.

“Devemos nos inspirar na Europa. Lá estão nossas raízes”.

O PTB é um partido que, pelo seu programa até 64, é uma corrente política que se situava nos mesmos parâmetros da social-democracia. E já naquela época eu clamava, sem ser ouvido: nós temos que voltar a nos inspirar em nossas raízes europeias, porque lá estão as nossas raízes culturais, lá nós seremos melhor compreendidos para a solução dos problemas que nosso povo tão desesperadamente reclamava. É perfeitamente admissível que nós devemos nos relacionar com todos os povos do mundo, não é isso? Mas, mais com aqueles que mais nos compreenderem. É isso.

FLAGRANTE: Agora uma pergunta de caráter doméstico. Setores ligados ao Ministério da Justiça anunciam a intenção de criar um Partido Trabalhista. Na opinião do senhor, qual a representatividade destes setores para reivindicar a herança do movimento trabalhista?

Brizola: Eu realmente tenho lido a este respeito alguma coisa. Eu, sinceramente, não conheço os detalhes. Mas não posso crer que isto tenha qualquer perspectiva. Mesmo porque faltaria legitimidade para falar em nome do trabalhismo. O PTB lá está, com seus quadros, presente em toda parte através de seus amigos e de todos os brasileiros que pensam da mesma forma e que nem eram do PTB. Enfim, eu tenho fé de que se possa estabelecer um diálogo de modo que o movimento popular no Brasil ressurgja com a expressão compatível com as necessidades de nosso povo. E não mutilado, atomizado e, por conseguinte, sem significação nenhuma. E estas ocorrências - estas e outras que possam surgir - são simples balões de ensaio, sem nenhuma repercussão verdadeira.



“Estudante, para o MEC, é aluno de classe, dentro da universidade, frente ao professor. Suas atividades de rua, relacionadas com o exercício dos direitos civis, ficam situadas na área de trabalho da Polícia do Estado”.

Ministro Tarso Dutra, da Educação, em nota do próprio punho, em 30/3/68.





E o pau comeu na sexta-feira

Quinta-feira, 20 de junho de 68 - Depois de uma assembléia de oito horas, os estudantes saem da reitoria da UFRJ, apesar do cerco policial. Resultado: pancadaria e mais de 400 presos no Campo de Botafogo.

Sexta-feira, 21 de junho - Concentração em frente ao MEC. A passeata segue em direção à Avenida Presidente Wilson. Na embaixada americana, gritos de "quebra-quebra". Vladimir Palmeira diz: "Ninguém vai quebrar. Nós viemos aqui prá mostrar que não temos medo". Os dois policiais de plantão atiram nos estudantes que correm e jogam pedras, paus e ferros, quebrando os vidros do prédio. Na esquina de Rio Branco com Santa Luzia, um agente do DOPS descarrega seu revólver contra os jovens. Três moças caem: uma morta e duas feridas. Começou ali a sexta-feira sangrenta, com um saldo de 28 mortos, segundo, os plantonistas de de hospitais ou apenas três, pela versão oficial.



"Às 13 horas começou a segunda fase. Os PMs ocuparam ostensivamente as ruas, usando de violência contra quem estivesse no caminho ou nas janelas dos edifícios. Aí surgiu a adesão popular aos estudantes.

Após o tiroteio, a impressão era de que os estudantes haviam se dispersado. Entretanto, quando a cavalaria iniciou seu tropel, ao mesmo tempo em que o DOPS cobria as ruas de gás lacrimogêneo, partiram vaias das janelas. Logo depois, os mais corajosos arriscaram-se a atirar água e pedras de gelo; em seguida copos, carimbos, cinzeiros; depois, pedaços de pau e objetos mais pesados; por fim, já pelo meio da tarde, cadeiras, pedras e tijolos" (Correio da Manhã 22/6/1968)

"Numa das escaramuças, três soldados cercaram e prenderam um rapaz de aparentemente 16 anos. Bateram-lhe com socos e pontapés, mesmo depois de terem-no derrubado ao chão. As vaias e gritos de protestos cresceram nos prédios vizinhos. Uma turma de manifestantes chegou em socorro do rapaz e diante de

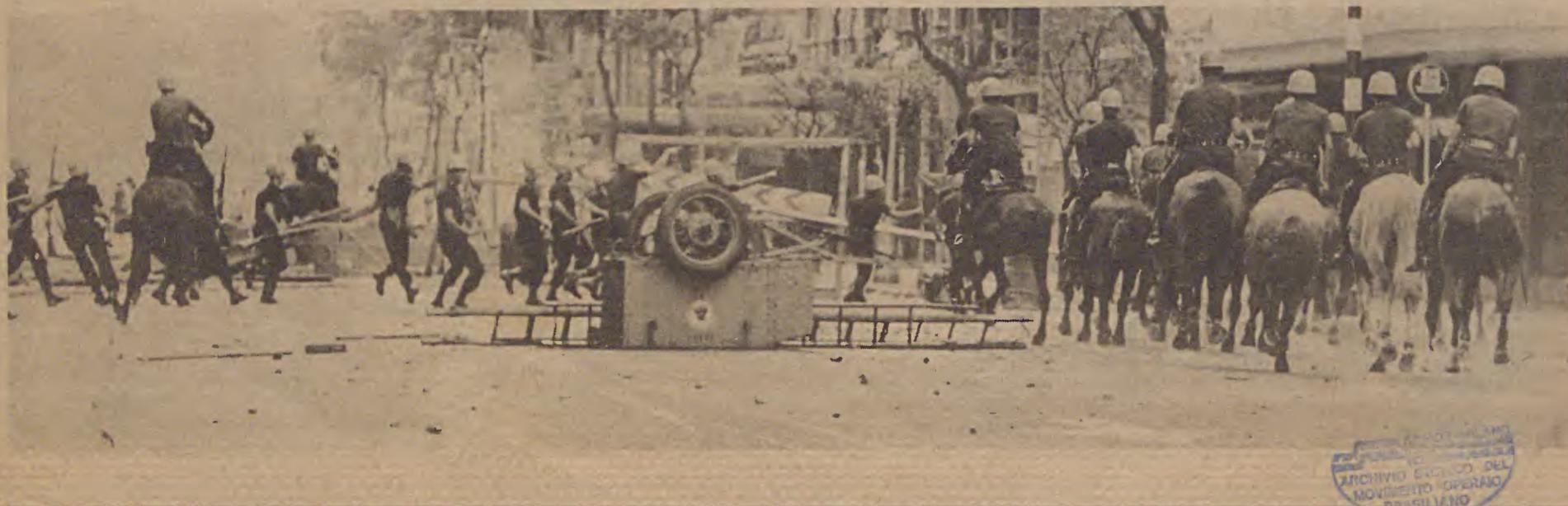
seu avanço os soldados libertaram o preso. (JB - 22/6/1968).

"Na avenida Rio Branco, os estudantes começam a erguer duas barricadas: a primeira, apenas com pedras; a segunda com material de construção de obras próximas... A cavalaria da PM vem pela avenida. Os policiais continuam sob o ataque dos populares postados à janela. Vai começar a batalha campal. Entre estudantes e populares estão reunidos nesse ponto cerca de duas mil pessoas, que resistirão à carga policial durante quase duas horas.

A polícia consegue passar a primeira barricada e abre fogo contra a segunda - tiros de fuzil e de pistola 45. Agentes do DOPS juntam-se à repressão. Enfurecidos com a adesão popular, os policiais passam a atirar também para cima, em direção aos edifícios". (Correio 22/6/1968).

"Nem pedestre pode mais passar pela Rio Branco, no trecho entre Sete de Setembro e Ouvidor. São ordens policiais. Motivo: oito pessoas, das quais três moças, estão sendo retiradas de um edifício, e levadas para um caminhão por 15 PMs. Estão todos descalços e são obrigados a andar sobre vidro. Dois rapazes estão sem camisa. E estão todos acorrentados, do primeiro ao último. Uma jovem soluça. Um PM informa que "são uns cachorros que atiraram garrafas de água na cabeça da Plicia". Um reporter pergunta se tem certeza. "Claro, não podiam cair do céu". (Correio 22/6/1968).

Na Praça XV, pouco antes das sete, viaturas oficiais foram queimadas. Todas as aglomerações, mesmo fitas de ônibus, eram reprimidas. Só depois das oito horas da noite é que a batalha se encerrou. A polícia havia prendido mais de mil pessoas.



ARQUIVO HISTÓRICO DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO